

Departamento
Estadual de
Trânsito



ESTADO DE GOIÁS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO

Edital

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014 /2021 - DETRAN/GO

PROCESSO: 202000002024486

DATA DA REALIZAÇÃO: 30/06/2021, às 09:00 horas (Horário de Brasília)

LOCAL: Ambiente virtual, sitio www.comprasnet.go.gov.br

RECURSO: Fonte 161 – Taxas por Serviços Públicos

1– PREÂMBULO

O Departamento Estadual de Trânsito de Goiás – DETRAN/GO, através de seu Presidente, determina abertura do procedimento licitatório a ser realizado pelo Pregoeiro/DETRAN - GO, usando a competência delegada na Portaria nº 1.061/2020 - Gab. Presidência, datada de 14 de julho de 2020, torna público que se encontra aberta, nesta unidade, a licitação sob a **modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do Tipo Menor Preço por Lote Único**, mediante recursos de criptografia e autenticação, em todas as suas etapas, a ser realizada em sessão pública, com modo de Disputa **ABERTO**, oriunda do processo nº **202000002024486**, visando a Contratação de Empresa para **Locação de Sistema de Fiscalização Eletrônica embarcado** em veículos automotivos de pequeno porte, composto de **1 (um) operador, 1 (uma) câmera com sistema de reconhecimento óptico de caracteres (LAP)**, além de **1 (um) notebook e 1(um) par rádio transmissor**, para atender a demanda do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/GO, Por um período de **12 (doze) meses**. O futuro contrato há de ser executado indiretamente, sob regime de **locação** por preço por Lote Único.

A presente licitação e consequente contratação serão regidas pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de Julho de 2002; Lei Estadual nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012; Decreto Estadual 9.666, de 21 de maio de 2020, Lei Complementar Federal nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, com alterações posteriores dada pela Lei Complementar nº 147/2014 de 07/08/2014; Decreto Estadual nº 7.466, de 18 de outubro de 2011, Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Nos termos da Lei 20.489 de 10 de junho de 2019, a CONTRATADA se compromete a implementar Programa de Integridade (conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria, controle e incentivo à denúncia de irregularidade e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública do Estado de Goiás), que deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e riscos atuais das atividades da pessoa jurídica, a qual, por

sua vez, deve garantir o constante aprimoramento e adaptação do referido programa, visando garantir a sua efetividade.

Este edital será publicado e ficará disponível aos interessados nos sites www.comprasnet.go.gov.br e www.detran.go.gov.br, de livre acesso.

Obs: Nesta licitação será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º do Decreto Estadual nº 7.466/2011.

2– DO OBJETO

2.1 – Constitui-se objeto do Presente Certame a Contratação de Empresa para **Locação de Sistema de Fiscalização Eletrônica embarcado em veículos automotivos de pequeno porte, composto de 1 (um) operador, 1 (uma) câmera com sistema de reconhecimento óptico de caracteres (LAP), além de 1 (um) notebook e 1(um) par rádio transmissor, por meio dos quais operador da blitz alocado no interior do veículo pode se comunicar com a equipe de fiscais do Batalhão de Trânsito posicionados em um ponto de abordagem próximo. A imagem captada pela câmera é automaticamente transmitida para o notebook localizado no interior do veículo. Os dados da placa são lidos e confrontados com o banco de dados do DETRAN. No mesmo momento, são fornecidas informações associadas ao registro do veículo, como por exemplo: - se o veículo está com o licenciamento regularizado, se o veículo é suspeito de roubo ou de clonagem, se o veículo possui alguma restrição judicial ou mandado de busca e apreensão e outras, após isso o operador da blitz faz comunicação com a equipe de fiscais do Batalhão de Trânsito através do rádio comunicador para que seja realizada a abordagem. **A Contratada deverá fornecer para compor a Blitz eletrônica os seguintes itens: a) Sistema de Leitura Automática de Placas - LAP; b) Software de blitz eletrônica; c) Notebook para rodar a solução embarcada; d) Veículo de operação da Blitz Eletrônica com operador; e) Câmera para detecção dos veículos, e f) Par de rádio transmissor para a comunicação**, estabelecidas neste instrumento, para atender a demanda do Departamento Estadual de Trânsito – Detran/Go. Conforme especificação, condições e quantitativos constantes do Edital, do Termo de Referência, Anexo I.**

3 – DO LOCAL, DATA E HORA

3.1 – O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, através do site www.comprasnet.go.gov.br, no dia **30 de junho de 2021, a partir das 09 h, (nove horas) mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.**

3.2 – As Propostas Comerciais deverão ser encaminhadas juntamente com a documentação de habilitação descrita neste Edital, através do site www.comprasnet.go.gov.br, no período compreendido entre a publicação do Edital e a abertura da sessão pública, às **09 h do dia 30 de junho de 2021, pelo menor preço do Lote Único.**

3.2.1 – O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade como descrito neste Edital;

3.2.2 – A desclassificação será fundamentada e registrada no sistema, acompanhada em tempo real por todos os licitantes.

3.2.3 – O Sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro.

3.2.4 – Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

3.3 - A fase competitiva de lances terá início após a classificação das propostas, no horário previsto no edital e previamente cadastrado no sistema, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar

lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

3.3.1 – O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de **R\$ 200,00 (duzentos reais)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

3.3.2 – Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro

3.4 - Todas as referências de tempo contidas neste Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

3.5 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, independente de nova comunicação, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário, ressalvado o disposto no item 7.16.

4 – DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO E DO TRATAMENTO DIFERENCIADO CONCEDIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

De acordo com a Lei Estadual 17.928/12 e, Decreto nº 7.466 de 18/10/2011, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

4.1 - Poderão participar deste Pregão as empresas:

a) que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam às condições exigidas neste Edital e em seus

Anexos;

b) Que estejam previamente credenciadas no **Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado - CADFOR do NUSF/Superintendência de Suprimentos e Logística da SEAD – Secretaria de Estado de Administração**, salvo quando o seu cadastro tiver sido inativado ou excluído por solicitação do credenciado ou por determinação legal.

4.2 - O licitante que se valer de outros cadastros para participar do pregão deverá providenciar sua inscrição no CADFOR, condição obrigatória para a sua contratação.

4.3 - A participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação de login e senha privativa da licitante

4.4 - A licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do art. 26, § 3º, do Decreto 9.666/2020.

4.4.1 - A participação nesta licitação implica a aceitação plena e irrevogável das normas constantes no presente Edital, assim como em seus Anexos;

4.5 - É vedada a participação de empresa:

a) Sociedades empresárias que estiverem em recuperação judicial ou extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores ou em dissolução, bem como as sociedades empresárias estrangeiras que não funcionem no país, consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, e nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos pela com suspensão do direito de licitar e contratar com órgãos e/ou entidades do Estado de Goiás junto ao Cadastro Unificado do Estado – CADFOR;

b) Também não poderão participar do presente Pregão as sociedades empresárias prestadoras de serviços que tenham sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuges, companheiros ou parentes, até o

terceiro grau, de membros, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, dos órgãos do Governo do Estado de Goiás;

c) Não poderão participar deste certame empresa que esteja reunida em consórcio ou qualquer tipo de cooperativa, pois considera-se que a formação de consórcio prejudica o caráter competitivo do certame;

d) Os documentos de habilitação, proposta técnica/comercial e quaisquer correspondências e documentos a elas relativos deverão ser escritos em língua portuguesa;

1-Os impressos de caráter técnico, inclusive os certificados que comprovem sistemas de qualidade, se for o caso, poderão estar escritos em outro idioma, contanto que venham acompanhados de tradução oficial para língua portuguesa feita por tradutores juramentados.

e) A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

4.6 - As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o DETRAN-GO não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

4.6.1 - Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidas na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços ofertados, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título.

4.7 - Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, licitantes que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no artigo terceiro da referida Lei.

4.8 - Conforme estabelecido na Lei Estadual nº, 17.928/2012, será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte;

4.8.1 - Neste pregão, tendo em vista a indivisibilidade do objeto, não haverá cota reservada para as entidades preferenciais, prevista no art. 9, da Lei Estadual n.º 17.928/2012.

4.9 - Para usufruir dos benefícios estabelecidos na Lei Estadual nº. 17.928/2012, e Decreto Estadual nº 7.466/2011, a licitante que se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá declarar-se como tal, devendo apresentar certidão que ateste o enquadramento expedido pela Junta Comercial ou, alternativamente, documento gerado pela Receita Federal, por intermédio de consulta realizada no sítio www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional, podendo ser confrontado com as peças contábeis apresentadas ao certame licitatório.

4.10 - O próprio sistema disponibilizará a licitante a opção de declarar-se como microempresa ou empresa de pequeno porte. Ausência de manifestação de enquadramento, quando indagado pelo sistema eletrônico, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos na Lei supramencionada.

4.11 – Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

4.11.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até **5% (cinco por cento)** superiores ao menor preço registrado.

4.11.2 - O critério de desempate, preferência de contratação, aqui disposto somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada.

4.11.3 - A preferência aqui tratada será concedida da seguinte forma:

I – ocorrendo empate, a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto licitado em seu favor;

II – o direito de preferência previsto no inciso **I** será exercido, sob pena de preclusão, após o encerramento da rodada de lances, devendo ser apresentada nova proposta no **prazo máximo de cinco minutos** em situação de empate;

III - no caso de igualdade dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que poderá exercer o direito de preferência previsto no inciso **I**;

IV - na hipótese da não contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada com base no inciso **I**, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

4.11.4 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item **4.11.3**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

5– DO CREDENCIAMENTO

5.1 – A participação no presente pregão eletrônico estará aberta somente aos licitantes previamente credenciados (inclusive os pré cadastrados que possuem login e senha privativa), perante o provedor do sistema eletrônico <http://www.comprasnet.go.gov.br> /, conforme instruções nele contidas : (ver manual <http://www.comprasnet.go.gov.br/manuais.asp>);

5.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema, sendo o mesmo responsável por todos os atos praticados nos limites de suas atribuições e competência;

5.2.1 - O uso da senha de acesso ao Sistema pelo licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu outorgado;

5.3 - O credenciamento permitirá a participação dos interessados em qualquer pregão, na forma eletrônica, exceto quando o seu cadastro no [http://www.comprasnet.go.gov.br/](http://www.comprasnet.go.gov.br) tenha sido inativado, vencido, ou excluído por solicitação do credenciado ou por determinação legal;

5.3.1 – Em caso do licitante com credenciamento apenas na condição de **pré-cadastro**, caso seja vencedor do certame, o sistema Comprasnet.goias remeterá automaticamente os documentos habilitatórios ao **Cadastro de Fornecedores do Estado de Goiás CADFOR** para fins de homologação do seu credenciamento;

5.4 – O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

5.5 – É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CADFOR e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados;

5.5.1 - As informações complementares para cadastro e credenciamento poderão ser obtidas pelos fones **(62) 3201-6625/3201-6629**, e para as operações no Sistema Comprasnet.goias pelo telefone (62) 3201 8752;

5.6 – A não observância do disposto no subitem **5.5** poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6 – DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1 - Concluída a fase de cadastramento, após a divulgação do Edital no sítio eletrônico, as licitantes encaminharão suas propostas, exclusivamente por meio do sistema, concomitantes com os documentos de Habilitação exigidos no Edital, com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e horário estabelecido no item 3, abertura da fase de lances. Só será aceita uma proposta para cada licitante e, ao término do prazo estipulado para a fase de registro de propostas, o sistema bloqueará automaticamente o envio de novas propostas.

6.2 - As propostas comerciais deverão ser enviadas através do site: www.comprasnet.go.gov.br em formato PDF, no tamanho máximo de 05 MB, na data e hora estabelecida neste edital, após o preenchimento do formulário eletrônico, com manifestação em campo próprio do Sistema de que tem pleno conhecimento e que atende às exigências de habilitação e demais condições previstas no Edital.

6.3 - Os licitantes poderão, até a abertura da sessão pública, retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.4 - A Licitante deverá informar em sua Proposta, os valores unitários e valor total de cada item do Lote. Os valores cotados deverão ser obrigatoriamente expressos em REAIS (R\$) com duas casas decimais, não serem nulos, e deverão abranger todas as despesas necessárias ao cumprimento do objeto licitado, neles estando incluídos todos os tributos, taxas, frete, reentrega, transporte, seguro, e quaisquer outros custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços. Os preços de todos os itens deverão ser detalhados, de tal forma que sejam discriminados os preços de cada um, sob pena de desclassificação da proposta participante.

6.5 - A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

6.6 - O licitante é responsável pelo ônus da perda de negócios resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro ou pelo Sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

6.7 - As propostas deverão atender as especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

6.7.1 - As Licitantes deverão cotar seus preços com todos os tributos inclusos, observando-se, no que couber, os subitens abaixo, bem como os demais custos diretos e indiretos necessários ao atendimento das exigências do Edital e seus Anexos.

6.7.2 - As licitantes devem ter ciência de que a sociedade empresária declarada vencedora deverá apresentar, em até **2 (duas) horas**, a contar da referida declaração, nova proposta, de acordo com o seu valor final oferecido no Pregão, na hipótese deste valor ser distinto do apresentado em sua proposta inicial, será considerado os valores propostos em sessão.

6.7.3 - Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidas na proposta ou incorretamente cotados, **serão considerados como inclusos nos preços**, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título.

6.9 A proposta deverá conter, obrigatoriamente ainda:

1 - Valores mensais a serem praticados na vigência do contrato. Os valores cotados deverão ser obrigatoriamente expressos em REAIS (R\$) com duas casas decimais, não serem nulos, e deverão abranger todas as despesas necessárias ao cumprimento do objeto licitado, neles estando incluídos todos os tributos, mão-de-obra, equipamentos, materiais, peças, frete, seguro, manutenções, treinamentos, deslocamento de técnicos e diárias e quaisquer outros custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços. Os preços de todos os serviços deverão ser detalhados, de tal forma que sejam discriminados separadamente, sob pena de desclassificação da proposta participante

2 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

3 - O Pregoeiro poderá fixar novo prazo para o reenvio da composição de preços, quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que compõem necessitem de ajustes aos valores

estimados pelo Detran/Go.

4 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou total superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

5 - Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor global quanto os valores unitários estimativos da contratação.

6 - Considerar-se-á inexequível a Proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

7 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade,

8 - Prazo de validade das propostas não inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua emissão. Caso não apresente prazo de validade será este o considerado;

9 - Identificação da Empresa, data e assinatura do responsável.

6.10 –

Erros no preenchimento da proposta não são motivos suficientes para a desclassificação, quando a mesma puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da Contratação;

7 – DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

7.1 - O Pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos no item 3 deste Edital.

7.2 - Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

7.3 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, aceitando aquelas que estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

7.4 - A desclassificação de proposta de preços será sempre fundamentada nas regras do Edital da licitação e legislação pertinente e registrada no sistema eletrônico, com acompanhamento real por todos os licitantes.

7.4.1 - Iniciada a etapa competitiva serão divulgadas as propostas de preços recebidas, vedada a identificação do licitante.

7.5 - Após a abertura da sessão pública deste Pregão Eletrônico não caberá desistência da Proposta de Preços apresentada, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.6 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo Sistema.

7.7 - Após o término do prazo estipulado para a fase de registro de propostas, o sistema iniciará a fase competitiva, durante a qual os licitantes que registraram propostas poderão ofertar lances através do sistema eletrônico, observando o horário estabelecido no Edital.

7.8 - No modo de **disputa aberto**, de que trata este Edital, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

a) A prorrogação automática da etapa de envio de lances, mencionada, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

b) Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida neste item, a sessão pública será encerrada automaticamente

c) Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no item "a", o Sr. Pregoeiro poderá, assessorado pela Equipe de Apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

7.9 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e dos Licitantes, permitindo que durante o transcurso da sessão pública eletrônica, haja a divulgação, em tempo real, de todas as mensagens trocadas no chat do sistema, inclusive valor e horário do menor lance registrado e apresentado pelas Licitantes, vedada a identificação do Fornecedor.

7.10 - Após a análise e a classificação das propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando as Licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado o horário estabelecido e as regras de aceitação dos mesmos, sendo imediatamente informados do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.11 - O sistema eletrônico rejeitará automaticamente os lances em valores superiores aos anteriormente apresentados pelo mesmo licitante.

7.12 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais para o mesmo item, prevalecendo sempre o primeiro que for registrado no sistema eletrônico.

7.13 - Caso a Licitante não realize lances, permanecerá o valor inicial de sua proposta eletrônica, que será incluída na classificação final.

7.14 - Durante o transcurso da sessão pública, os Licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais Lic

itantes, vedada a identificação do detentor do lance.

7.15 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no Certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.15.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas **24 (vinte e quatro) horas** após a comunicação do fato aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

7.16 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida a melhor proposta inscrita em primeiro lugar, em acordo com a disposição constante neste Item 7, para o órgão licitante, observando o critério de julgamento estabelecido, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

7.16.1 - A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1 - O julgamento das propostas será objetivo, tendo seu critério baseado no **MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO**, não se admitindo, sob pena de responsabilidade, reformulação dos critérios de julgamento previstos no ato convocatório.

8.2 - Considerar-se-á vencedora, aquela proposta que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, ofertar o menor preço, após essa fase de lances e negociação, e ainda for devidamente habilitada após apreciação da documentação, salvo a situação prevista no item **9.6.1** deste Edital.

8.2.1 - Na análise da Proposta de Preços, fica facultado ao Pregoeiro, se necessário, solicitar parecer técnico para subsidiar sua análise, podendo suspender temporariamente a sessão pública do pregão,

informando através do chat de comunicação o horário da reabertura dos trabalhos.

8.3 - Havendo apenas uma proposta de preços, desde que atenda a todas as condições do Edital e estando o seu valor compatível com os praticados no mercado, poderá ser aceita, devendo o Pregoeiro negociar, visando obter melhor preço.

8.4 - Encerrada a etapa de negociação de que trata o sub item **8.2**, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado no Edital e verificará a habilitação do licitante conforme os critérios descritos no item **9** deste Edital.

8.5 - Após decisão acerca da aceitação da proposta, o sistema informará a Licitante, e esta deverá encaminhar de imediato, nova proposta em conformidade com o Item 6, bem como, se necessário, documentação complementar. Este encaminhamento se dará via sistema COMPRASNET em até **24 (vinte e quatro) horas**, após comunicação do Pregoeiro.

8.5.1 - A Licitante que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, tenha sido declarada detentora da melhor oferta por utilização do benefício previsto na Lei Estadual nº 17.928/2012 e na Lei Complementar nº 123/2006, deverá encaminhar juntamente com a documentação solicitada, prova de enquadramento na referida condição.

8.5.2 - Para fins de habilitação a verificação, pela Equipe de Apoio do certame, nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

8.6 - Constatado, que a licitante que apresentou proposta de menor preço final atende às exigências editalícias, será ela declarada Vencedora.

8.7 - Na hipótese de a proposta da licitante detentora da melhor oferta não for aceitável ou desatender às exigências habilitatórias, salvo na situação prevista no item **9.11**, o Pregoeiro deverá restabelecer a etapa competitiva de lances entre os licitantes, nos termos do artigo 20-A da Lei Estadual nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012 e do artigo 44, § 4º, do Decreto Estadual nº 9.666, de 21 de maio de 2020.

8.8 - Caso ocorra à inabilitação por responsabilidade exclusiva da licitante, ela poderá sofrer as sanções previstas no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/02.

8.9 - Da sessão pública do Pregão Eletrônico, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no site www.comprasnet.go.gov.br.

8.10 - O resultado final será disponibilizado no site: www.comprasnet.go.gov.br.

8.11 - Havendo empate, no caso de mais de uma empresa apresentar a mesma proposta inicial, não ofertarem lances quando convocadas e se negarem a negociar um menor preço, serão utilizados para fins de desempate, os seguintes critérios:

a) **Primeiro**: o disposto no parágrafo 2.º, do art 3.º, da Lei 8.666/93

b) **Segundo** : Sorteio em ato pública, para o qual todas as licitantes serão convocadas.

8.11.1 – Na ausência de atendimento à convocação, será realizado o sorteio em sessão pública, com a presença de duas testemunhas, cujo resultado será divulgado às Licitantes, via chat.

9 – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

9.1 - Os documentos necessários à habilitação, exceto aqueles disponíveis no CADFOR (CRC), juntamente com a proposta comercial a que alude o item 6, deverão encaminhados exclusivamente pelo Sistema Comprasnet, no formato PDF, no período estabelecido no item **3** deste Edital, sendo que será exigido:

I – à habilitação jurídica;

II – à qualificação técnica;

III – à qualificação econômico-financeira;

IV – à regularidade fiscal e trabalhista;

V – à regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas Estaduais, Distrital e Municipais, quando necessário, bem como, obrigatoriamente, perante a Fazenda Pública do Estado de Goiás, nos termos da exigência prevista no art. 88 da Lei nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012.

VI – ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição Federal e no inciso XVIII do caput do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993. § 1º Parágrafo primeiro : A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III, IV e V do caput deste artigo poderá ser substituída pelo cadastral no CADFOR.

9.2 – O Licitante deverá encaminhar, juntamente com os documentos descritos no item 9.1, a seguinte documentação complementar:

a) - Atestado (s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante tenha executado, ou esteja executando, satisfatoriamente, contatos pertinentes ao objeto;

a.1) O(s) atestado(s) referir-se-á(ão) a contrato(s) já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior a um ano, situação em que o licitante deverá ter executado todo o contrato e mediante a apresentação do contrato;

a.2) A compatibilidade do atestado, para comprovação do requerido no caput, será aferida de acordo com as atribuições constantes do(s) contrato(s) de prestação de serviços e fornecimento apresentados;

a.3) Para fins de comprovação da legitimidade dos atestados, a licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local onde foram prestados os serviços, sem prejuízo de outros documentos que o pregoeiro julgue necessários para comprovar a veracidade do atestado apresentado;

b) - Certidões negativas de falência ou concordata ou recuperação judicial, expedidas pelo(s) distribuidor(es) da sede a pessoa jurídica;

b.1) Para as licitantes sediadas na cidade do Goiânia, a prova será feita mediante apresentação de certidões Cartório Distribuidor;

b.2) As certidões discriminadas na alínea “b” e nos seus subitens deverão ser expedidas em até **120 (cento e vinte) dias** contados retroativamente da data marcada para a abertura da sessão do presente Pregão. Serão válidas, também, as certidões que apresentarem, em seu corpo, prazo de validade maior.

c) As licitantes vencedoras, com domicílios em outras Unidades da Federação, poderão declarar a instalação de unidade operacional ou Preposto em Goiás, ou na Região da Grande Goiânia preferencialmente, visando a melhoria da logística de entrega e/ou execução dos serviços, até a data final deste Contrato;

c.1) A recusa da Contratada em apresentar declaração de possuir preposto ou unidade operacional em Goiás, não a desclassifica do certame, conquanto ela se responsabilize inteiramente pelo cumprimento dos prazos exigidos para o objeto do presente certame.

9.3 - Caso conste no cadastro do CRC-CADFOR algum documento habilitatório com data de validade expirada, o Pregoeiro poderá consultar o documento do licitante classificado em primeiro lugar nos sítios oficiais das entidades responsáveis pelo referido tributo e emissoras de certidões.

9.4 - A comprovação do cadastro e habilitação parcial no CRC-CADFOR dar-se-á mediante verificação da validade dos documentos necessários, por meio de consulta “on line” ao sistema, por ocasião da fase de HABILITAÇÃO da licitante classificada preliminarmente como vencedora, na etapa competitiva.

9.5 - Para fins de habilitação, será verificada a existência de registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas de Licitar, disponível no Site do COMPRASNET – GO., em atenção ao art. 97, caput e parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993, conforme Acórdão 1.793/2011 – Plenário do TCU, e, também, no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos

e Entidades Estaduais - **CADIN** Estadual , que registra o nome das pessoas físicas e jurídicas que possuem pendências com os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual direta e indireta.

9.6 - Conforme o prescrito no art. 43 da Lei Complementar n.º 123/2006 (com redação dada pela LC nº 147/2014), as licitantes que sejam microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, observando o descrito abaixo:

9.6.1 - No caso de haver alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, prazo esse prorrogável por igual período, se assim requerido da licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificados;

9.6.2 -A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.6.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades dispostas no item 16 deste Edital, devendo a Pregoeira restabelecer a etapa competitiva de lances, convocar os licitantes remanescentes para uma nova sessão para esse fim;

9.6.3 - As microempresas e empresas de pequeno porte somente estão desobrigadas de comprovar, no momento da habilitação, a sua regularidade fiscal ficando obrigadas a comprovar o cumprimento das demais exigências habilitatórias, sendo declarada inabilitada se assim não o proceder, além de sujeitar-se às penalidades dispostas no item **16** deste Edital;

9.6.4 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

9.7 - As sociedades empresárias deverão apresentar toda a documentação correspondente a um único CNPJ, sendo este o mesmo da proposta, entretanto, quanto às declarações contidas nas alíneas “d” e “e” do subitem **9.1**, será válida a apresentação de certidões emitidas em nome da matriz. Esclarecemos que, em outras hipóteses, quando a empresa estiver autorizada a centralizar o recolhimento de outros tributos em CNPJ distinto daquele da proposta, deverá apresentar os documentos comprobatórios desta centralização de tributos, fornecidos pelo(s) órgão(s) competente(s), constando da documentação apresentada.

9.8 - Os documentos deverão ser assinados por signatário legitimado para a prática do ato, de acordo com os poderes expressamente contidos no Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social da licitante, ou conforme procuração previamente fornecida.

9.9 - Caso algum dos documentos de habilitação apresentados na licitação esteja vencido, o Pregoeiro poderá, conforme lhe faculta o §3º, do art. 43, da Lei n.º 8.666/93, efetuar consulta ao órgão responsável pela emissão do documento, para verificação de sua regularidade.

9.10 - Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e de seus Anexos, ressalvado o disposto no subitem 9.6.1 deste Edital, o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada.

9.11 - caso algum órgão emitente de documentação de regularidade relativa à habilitação esteja em greve, desde que comprovada pela licitante, será permitida a participação no certame sem a referida documentação, condicionando, no entanto, a contratação em definitivo, à apresentação de documento probante da regularidade quando do retorno às atividades normais, do órgão expedidor

10 – DOS ESCLARECIMENTOS, DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

10.1 - Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, referentes ao processo Licitatório, cujos pedidos serão enviados ao Pregoeiro do DETRAN-GO, por meio do Sistema Comprasnet..

10.1.1 - O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e outros anexos.

10.2 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até **3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública:

a) - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Sr. Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Termo de

Referência e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **2 (dois) dias úteis**, contados da data de recebimento da impugnação;

b) - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação;

c) - Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, com devolução dos prazos normatizados.

10.3 - Declarado o vencedor, qualquer licitante, poderá no prazo de **10 (dez) minutos**, em CAMPO PRÓPRIO do Sistema, manifestar a intenção de recorrer:

a) - As razões do recurso de que trata o caput deste artigo deverão ser apresentadas no prazo de **3 (três) dias** e em local próprio no sistema eletrônico.

b) - Os demais licitantes ficarão intimados para se desejar, apresentar suas contrarrazões no prazo de **3 (três) dias**, contados da data final prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

c) - A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput do artigo, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

d) O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

11 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento Licitatório, nos termos deste Edital.

11.2 - Na ausência de recursos, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto e encaminhará o Processo devidamente instruído à Autoridade Superior, propondo sua homologação, nos termos deste Edital.

12 – DA CONVOCAÇÃO DO VENCEDOR

12.1 - A Administração efetuará consulta prévia do CNPJ do Licitante vencedor, para fins de contratação do objeto licitado ao **CADIN ESTADUAL (Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais)**, conforme determinação da Lei nº 19.754 de 17/07/17, regulamentada pelo Decreto nº 9.142 de 22/01/18, em seu art. 5º. § 1º “A existência de registro no CADIN ESTADUAL constituirá impedimento à realização dos atos a que se referem os incisos I a VI”.

12.2 – A empresa adjudicatária deverá, como condição para a assinatura do Contrato, apresentar declaração informando a existência de Programa de Integridade ou Compliance implantando, conforme as condições estabelecidas na Lei Estadual n.º 20.489, de 10 de junho de 2019.

12.3 - Homologado o procedimento licitatório, o representante legal do licitante vencedor será convocado para assinar o contrato, no prazo de até **05 (cinco) dias**, conforme teor da proposta aceita.

12.4 - O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para dar o aceite na Nota de Empenho ou firmar outro documento equivalente.

12.5 - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do contrato, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

13 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DOS RECURSOS FINANCEIROS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE GOIAS		
DESCRIÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
Unidade Orçamentária	2961	DEPATAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
Função	06	SEGURANÇA PÚBLICA
Subfunção	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa	1036	TRÂNSTO SEGURO
Ação	2127	EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO E TRÂNSITO SEGURO
Grupo de Despesa	03	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
Fonte de Recurso	161	TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS
Modalidade de Aplicação	90	APLICAÇÕES DIRETAS

14 – DO PAGAMENTO

14.1 – Nos termo do artigo 5º, do Decreto Estadual n.º **9.561**, de 21 de novembro de 2019, o pagamento será efetuado por meio de depósito na conta corrente da licitante vencedora, mediante emissão de ordem bancária em até **30 (trinta) dias**, contados da data da apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada dos demais documentos necessários à comprovação do cumprimento das suas obrigações fiscais, trabalhista e previdenciárias.

14.1 - A nota fiscal deverá ser emitida pela CONTRATADA até o 5º dia útil do mês.

14.1.1 - A licitante vencedora deverá apresentar mensalmente a nota fiscal/fatura, acompanhada dos seguintes documentos, relativos aos empregados utilizados na execução do objeto contratual, sem o que não serão liberados os pagamentos:

- a) - Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- b) - Certidão negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias e as de terceiros (CND);

c) - Certidão negativa de débitos trabalhistas, conforme exigido pela Lei nº 12.440/2011.d) - Certidão de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS/CRF);

e) - Certidão negativa de débitos junto às Fazendas Estadual ou Distrital e Municipal do domicílio sede da CONTRATADA.

14.2 - Nenhum pagamento será efetuado à Licitante Vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza. No caso de atraso no pagamento, desde que o licitante não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo DETRAN, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista e a do efetivo pagamento;

VP = Valor a Ser Pago;

I = Índice de Atualização Financeira = 0,00016438 apurado conforme abaixo:

$I = [(TX/100)]/365$	$I = [(6/100)]/365$	$I = 0,00016438$
----------------------	---------------------	------------------

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

14.3 - Na hipótese da empresa dar causa à retenção de pagamento, nos termos deste item, por **2 (dois) meses** consecutivos e/ou **4 (quatro) meses alternados**, no período do Contrato, sem motivo comprovadamente demonstrado e aceito pela Administração, o Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo Detran/Go, nos termos do art. 79, da Lei 8.666/93.

14.4 - Sem prejuízo das sanções cabíveis, qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE, não gerando qualquer tipo de direito à CONTRATADA.

14.5 - Eventuais acertos de acréscimos ou supressões serão efetuados no faturamento do mês subsequente.

14.6 - O transporte dos materiais e equipamentos necessários ao fornecimento será de responsabilidade, única e exclusiva, da

CONTRATADA.

14.7 - Será de inteira responsabilidade civil da CONTRATADA o ressarcimento eventual de danos materiais causados por seus empregados a terceiros.

15 - DA VIGÊNCIA E REAJUSTE CONTRATUAL

15.1 - O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, com termo inicial a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, fazendo-se imprescindível sua publicação na imprensa oficial, conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93;

15.2 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do seu valor inicial atualizado do contrato, conforme dispões o §1º, do art. 65 da lei 8.666/93.

16 - DAS PENALIDADES E GLOSAS

16.1 - Se a empresa CONTRATADA descumprir as condições do Edital, do Termo de Referência e do Contrato, ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas leis 17.928/12, 10.520/2002, 8.666/93, Decreto Estadual 9.666/2020 e demais normas que regem a matéria. A inexecução parcial ou total do Contrato pela Licitante CONTRATADA ensejará, na forma do art. 77 da Lei 8.666/93, a sua rescisão, bem como a aplicação pela CONTRATANTE de uma ou mais das sanções administrativas previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, abaixo relacionadas, sem prejuízo das demais cominações legais:

16.2 - Advertência;

16.3 - Multa

16.4 - Suspensão Temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

16.5 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo CONTRATADO poderá ensejar à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, a Administração poderá conceder um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

a) - A aplicação da(s) penalidade(s) caberá à autoridade competente do DETRAN/GO, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados à Administração, e das cabíveis cominações legais.

b) - Em conformidade com os incisos II e III do artigo 80 da lei 17.928/12, o atraso injustificado no início da prestação de serviços/na entrega dos materiais/equipamentos, objeto deste desta licitação, sujeitará a licitante/CONTRATADA à multa sobre o valor total da contratação, por dia de atraso injustificado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para o início das atividades/a entrega dos produtos, limitada sua aplicação até o máximo de **10 (dez) dias**, sendo aplicada da seguinte forma:

16.6 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

16.7 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou não cumprido;

16.8 - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de SERVIÇOS não cumpridos, por dia subsequente ao trigésimo.

16.9 - A Administração, além da multa prevista neste tópico, poderá rescindir unilateralmente o contrato e aplicar outras sanções previstas em Lei e neste instrumento. Será aplicável multa sobre o valor total da contratação, cumulativamente ou não com outras sanções, na forma abaixo, desde que garantidos o contraditório e a ampla defesa;

16.10 - Na aplicação das penalidades, procede-se conforme a seguir:

a) - Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido ao licitante o direito ao contraditório e à ampla defesa.

b) - As sanções serão registradas e publicadas no CADFOR.

c) - As sanções descritas no caput deste artigo também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem

justificativa ou com justificativa recusada pela Administração Pública.

16.11 - A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente

17 – DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra. Após o registro da proposta no sistema, não serão aceitas alegações de desconhecimento.

17.2 - É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar aos Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

17.3 - A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, conforme determinação do Art. 51, do Decreto Estadual n.º 9.666, de 21 de maio de 2020:

17.3.1 - A presente licitação somente poderá ser revogada por interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.4 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e segurança da contratação:

17.4.1 - O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente desimportantes e corrigir erros formais observados na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, nos termos da Decisão/TCU n.º 757/97, bem como nos termos do informativo AUDIN/MPU n.º 109, de maio de 1998;

17.4.2 - O desatendimento de exigências formais não-essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

17.5 - Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro, sistema, ou ainda que ocorra sua desconexão.

17.6 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até **3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma deste edital:

17.6.1 - O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **2 (dois) dias úteis**, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos;

17.6.2 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

17.7 - A não solicitação de informações complementares por parte de alguma proponente, implicará na tácita admissão de que as informações técnicas e jurídicas foram consideradas suficientes.

17.8 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste Edital, por meio eletrônico, na forma aqui prevista, até **3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

17.8.1 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **2 (dois) dias úteis**,

contados da data de recebimento da impugnação.

17.8.2 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação;

17.8.3 - Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, com a devolução dos prazos normatizados;

17.8.4 - As impugnações extemporâneas, e as que forem entregues em locais estranhos ao COMPRASNET que não forem devidamente envidas via eletrônicas em campo próprio do Sistema, não serão reconhecidas.

17.9 - As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.comprasnet.go.gov.br, em campo próprio, e no sitio do Detran-GO., por meio do link Licitação>Pregão Eletrônico >2021, para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores.

17.10 - Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no Edital e a descrição do objeto constante nos sites www.comprasnet.go.gov.br e www.detran.go.gov.br e nota de empenho, **prevalecerá sempre, a descrição deste Edital.**

17.11 - Independente das impugnações e dos recursos previstos, qualquer licitante, contratado, pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno, inclusive ao Órgão de controle e acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios, e, ainda, ao Ministério Público Estadual, contra irregularidades na aplicação deste Edital.

17.12 - Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado para pagamento, passará a ser contado da data da sua reapresentação.

17.13 - Para efeitos de emissão de Nota Fiscal o CNPJ do DETRAN/GO é nº **02.872.448/0001-20**.

17.14 - A contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos serão contados da seguinte forma: excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos só iniciam e vencem em dias de expediente normal do DETRAN/GO.

17.15 - Em cumprimento ao princípio da publicidade, do Decreto Estadual nº 9.666/2020, a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso: no Diário Oficial do Estado; meio eletrônico na home Page do DETRAN/GO; no site comprasnet.go, precedendo o prazo mínimo estipulado no Artigo 25, do mesmo Decreto.

17.16 - As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste decorrentes desta licitação, serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018.

17.17 - Nos termos da **Lei Estadual 20.489** de 10 de junho de 2019, a CONTRATADA se compromete a implementar **Programa de Integridade** (conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria, controle e incentivo à denúncia de irregularidade e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública do Estado de Goiás), que deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e riscos atuais das atividades da pessoa jurídica, a qual, por sua vez, deve garantir o constante aprimoramento e adaptação do referido programa, visando garantir a sua efetividade.

18 – DOS ANEXOS:

Constituem Anexos do Edital e dele fazem parte integrante:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II - Relação de Documentos que poderão ser substituídos pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC

ANEXO III – Modelo de Declaração

ANEXO IV – Modelo de Declaração Independente de Proposta

ANEXO V– Modelo Proposta Comercial PADRÃO

ANEXO VI – Minuta de Contrato

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1.OBJETO

1.1. Blitz Eletrônica

Locação de Sistema de Fiscalização Eletrônica embarcado em veículos automotivos de pequeno porte, composto de 1 (um) operador, 1 (uma) câmera com sistema de reconhecimento óptico de caracteres (LAP), além de 1 (um) notebook e 1(um) par rádio transmissor, por meio dos quais operador da blitz alocado no interior do veículo pode se comunicar com a equipe de fiscais do Batalhão de Trânsito posicionados em um ponto de abordagem próximo. A imagem captada pela câmera é automaticamente transmitida para o notebook localizado no interior do veículo. Os dados da placa são lidos e confrontados com o banco de dados do DETRAN. No mesmo momento, são fornecidas informações associadas ao registro do veículo, como por exemplo: - se o veículo está com o licenciamento regularizado, se o veículo é suspeito de roubo ou de clonagem, se o veículo possui alguma restrição judicial ou mandado de busca e apreensão e outras, após isso o operador da blitz faz comunicação com a equipe de fiscais do Batalhão de Trânsito através do rádio comunicador para que seja realizada a abordagem.

1.2. A Contratada deverá fornecer para compor a Blitz eletrônica os seguintes itens, todos na quantidade de 3 (três) unidades:

- a) - Sistema de Leitura Automática de Placas - LAP;
- b) - Software de blitz eletrônica;
- c) - Notebook para rodar a solução embarcada;
- d) - Veiculo de operação da Blitz Eletrônica com operador;
- e) - Câmera para detecção dos veículos; e
- f) - Par de rádio transmissor para a comunicação;

2. JUSTIFICATIVA

A implantação do sistema de monitoramento viário de Blitz Eletrônica que têm por objetivo a redução dos índices de evasão fiscal, e o conseqüente aumento da arrecadação do Estado de Goiás principalmente com os tributos de IPVA.

A solução trará maior assertividade à atividade de fiscalização, uma vez que o Batalhão de Trânsito terá as informações necessárias para identificar os veículos irregulares, e viaturas equipadas para a realização de operações de arrecadação em qualquer localidade do Estado de Goiás.

A utilização de recursos tecnológicos na operação diária de fiscalização ajuda a equilibrar a equação Crescimento do tráfego de veículos automotores *versus* Limitação no aumento do efetivo de agentes fiscalizadores, mantendo vistas a eficiência, eficácia e economicidade.

As localidades onde as operações de monitoramento viário ocorrerão, serão escolhidas de forma a garantir o maior retorno ao estado de Goiás, isto é, onde ocorrem as maiores ocorrências de evasão fiscal: grandes regiões metropolitanas e nas proximidades de grandes produtores.

Com o monitoramento dos pontos especificados, pretende-se ainda acompanhar e mapear o comportamento do tráfego de veículos na região metropolitana.

À luz de tais demandas, torna-se evidente que, por meio da coordenação de melhores recursos disponíveis e soluções de equipamentos e softwares em conceito de Automação de Fiscalização Tributária, o Departamento Estadual de Trânsito pode atingir um ótimo desempenho, pontualidade e integridade de informações, criando soluções para seus sistemas de fiscalização tributária que venham a atender as necessidades do Estado.

Metas a serem atingidas:

- 1- Fiscalização tributária intensiva nas proximidades de grandes cidades, grandes centros produtores;
- 2- Realização de operações de recuperação tributária em grandes centros urbanos;
- 3- Identificação de veículos com irregularidades de licenciamento, recolhimento de tributos, alertas judiciais, alerta de furto/roubo;
- 4- Redução da evasão fiscal por IPVA e licenciamento;
- 5- Aumento do faturamento tributário do Estado de Goiás;
- 6- Utilização de tecnologia atualizada, possibilitando captação de dados e imagens que possam contribuir com a fiscalização e com a redução da evasão fiscal;
- 7- Modernização do Sistema de Fiscalização do Departamento Estadual de Trânsito;
- 8- Aumento da eficiência na interface entre contribuinte e o Departamento Estadual de Trânsito;
- 9- Coleta de dados estatísticos de fluxo de veículos, para uso no planejamento das operações de fiscalização.

3. DA QUANTIDADE E VALORES ESTIMADOS

SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO - BLITZ ELETRÔNICA EMBARCADA – (Disputa Geral)

LOTE ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	SUBTOTAL

1	Sistema de Leitura Automática de Placas - LAP	Und	03	2.706,42	8.119,26
2	Software de Blitz Eletrônica	Und	03	6.183,73	18.551,19
3	Notebook para rodas a solução embarcada	Und	03	1.548,97	4.646,91
4	Veículo de operação da Blitz Eletrônica com operador	Und	03	11.900,40	35.701,20
5	Câmera para detecção dos veículos	Und	03	3.394,92	10.184,76
6	Par de rádio transmissor para comunicação	Und	03	411,62	1.234,86
VALOR MENSAL UNITÁRIO				26.146,06	
VALOR TOTAL MENSAL				78.438,18	
VALOR TOTAL ANUAL				941.258,16	

3.1 - O valor total estimado para esta contratação é de **R\$ 941.258,16 (novecentos e quarenta e um mil, duzentos e cinquenta e oito reais e dezesseis centavos)**.

3.2 – Para composição do valor unitário da Blitz Eletrônica e do valor unitário de cada item, adotamos a média de preços resultantes de orçamentos de 3 (três) Fornecedores locais e de outro Estado da Federação, uma vez que não encontramos nas consultas do Banco de Preços e Painel de Preços. As propostas estão em valores atualmente praticados no mercado para contratação deste objeto (Locação de Blitz Eletrônica Embarcada).

3.3 – Dentro de cada orçamento, deverá conter o custo unitário de cada item para compor o valor final do conjunto da Blitz Eletrônica Embarcada.

3.4 - O valor apresentado compreende todas as despesas concernentes ao objeto deste contrato, tais como: transporte, mão de obra, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, embalagens, prêmios de seguro, fretes, taxas e outras despesas de qualquer natureza que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto desta contratação.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES:

4.1. Leitura Automática de Placas – LAP

4.1.1 - O sistema de Leitura Automática de Placas – LAP em funcionamento na Blitz Eletrônica especificado neste instrumento deve ser capaz de:

- a) - Ler diferentes cores e tipos diferentes de caracteres alfanuméricos;
- b) - Detectar os veículos em período diurno;
- c) - Detectar os veículos em velocidade até 150 km/h;
- d) - Ler placas de Automóveis, ônibus, caminhões e motocicletas;
- e) - Ler placas no padrão Mercosul;

4.1.2 - O sistema LAP deve ter um índice de acerto de leitura das placas dos automóveis, ônibus e caminhões de, no mínimo, 80%;

4.1.3 – O Sistema LAP deverá identificar a placa dos veículos que trafegarem pela via monitorada através da análise das imagens capturadas em até 1 (um) segundo;

4.2. Software de Blitz Eletrônica

4.2.1. Para efeito deste Termo de Referência, entende-se como “blitz eletrônica” o monitoramento e a fiscalização dos veículos em situação irregular, no que se refere a veículo sob suspeita policial ou com licenciamento irregular;

4.2.2. O equipamento oferecido deverá dispor de recurso LAP (Leitor Automático de Placas). Esta funcionalidade consiste na identificação em tempo real dos caracteres da placa dos veículos através da análise das imagens geradas pelo equipamento e consulta preferencialmente online, a um banco de dados de veículos irregulares;

4.2.3. Não será permitida a utilização de sensores para detecção dos veículos tipo (laços indutivos, sensores Doppler, lasers etc.). A detecção dos veículos deverá ocorrer através das imagens capturadas pela câmera, que deverá ser instalada no interior do veículo;

4.2.4. A “blitz eletrônica” será realizada em conjunto com equipe de Fiscais do Departamento Estadual de Trânsito, que estará próximo aos veículos onde estará embarcada a “Blitz Eletrônica” realizando as abordagens;

4.2.5. O Banco de Dados a ser utilizado na “blitz eletrônica” poderá ser instalado no microcomputador (notebook) que será instalado no veículo utilizado, conforme a solução técnica a ser adotada pela CONTRATADA, desde que atenda a todos os requisitos deste instrumento;

4.2.6. O software instalado no microcomputador (notebook) da “blitz eletrônica” denominada “sistema de blitz” deverá possuir as seguintes características:

a) - Caso algum veículo identificado pelo sistema de reconhecimento automático de placas de veículos (LAP) faça parte do banco de dados de irregularidades, o “sistema de blitz” deverá, através de alarmes indicar ao operador da blitz, informando a situação de irregularidade e o mesmo irá avisar ao ponto de abordagem através do rádio de comunicação;

b) - O “sistema de blitz” deverá manter em seu visor os últimos 5 (cinco) registros dos veículos capturados, destacando os que estiverem em situação irregular.

c) - A câmera deverá capturar a imagem e enviar ao “sistema de blitz” que conterà a base de dados de irregulares ou realizará consulta remota a base de dados disponibilizada pelo Departamento Estadual de Trânsito de forma a realizar as verificações das irregularidades do veículo que transitam pela via.

4.2.7 - Para início da operação, o “sistema de blitz”, deverá possibilitar o cadastro da operação de blitz, informando:

I - Data/hora de início da operação;

II - Representante do Departamento Estadual de Trânsito responsável pela fiscalização;

III - Responsável Técnico pela operação (Operador da Contratada);

IV - Após o cadastro acima, o sistema poderá iniciar o recebimento das imagens dos equipamentos; O sistema deverá permitir o encerramento da operação. Deverá registrar a data/hora de finalização da operação;

V - Deverá possibilitar o cadastramento das irregularidades, informando uma cor e um alerta sonoro que irá representar o alerta no momento da detecção;

VI - Possibilitar à ordenação dos alertas por ordem de prioridade das irregularidades;

VII - Quando um veículo detectado possuir mais de uma irregularidade, o sistema deverá emitir o alerta sonoro e apresentar a cor da irregularidade de maior prioridade, listando também com menor destaque as outras irregularidades;

4.2.8 - Deverá em casos extraordinários, registrar no banco de dados local do sistema de blitz o cadastro de veículos irregulares com no mínimo as seguintes informações:

- a) - Placa;
- b) - Ano de Fabricação;
- c) - Município/UF;
- d) - Marca/Modelo;
- e) - Cor;
- f) - Irregularidades;
- g) - Possuir a opção de apresentar apenas veículos identificados como irregulares no "sistema de blitz".
- h) - Deverá emitir relatório completo diário de todos os veículos identificados, bem como as irregularidades detectadas e quantidade percentual de toda operação.

4.3. Notebook para rodar a solução embarcada

4.3.1. O notebook fornecido deverá atender no mínimo as seguintes configurações:

- a) - Processador Intel® Core™ i7-8550U 8ª geração (ou superior);
- b) - Memória RAM de 16GB DDR4, 2400MHz (ou superior);
- c) - Tela 15.6";
- d) - Unidade de estado sólido de 128GB + disco rígido de 1TB (5400 RPM) (ou superior);
- e) Placa de vídeo dedicada de 4GB;
- f) - Windows 10 Pro, de 64-bits - em Português (Brasil);
- g) - 3 anos de assistência técnica no local.

4.3.2. Deverá vir acompanhado inversor de energia **12 volts** para 220 volts, capaz de alimentar a fonte de alimentação a fim de carregar a bateria;

- a) - O inversor deverá possuir no mínimo 500 watts de potência, com no mínimo uma saída 220 volts;
- b) - O inversor deverá ser alimentado através do sistema de bateria do próprio veículo, sem utilização de fontes externas de fornecimento de energia;

4.3.3. Em caso de defeito ou mau funcionamento do equipamento o mesmo deve ser substituído imediatamente pela contratada, a fim de não atrapalhar o andamento do serviço.

4.4. Veículo de Operação da Blitz Eletrônica e o Operador

4.4.1. A empresa CONTRATADA, vencedora, deverá colocar à disposição do Departamento Estadual de Trânsito, com operador, durante todo o período contratual o número de 03 (três) veículos, quantidade esta justificada pelo histórico de demandas já utilizada nas Blitz de IPVA realizadas diariamente pelo Batalhão de Trânsito, com as seguintes características, suportes e condições:

4.4.1.1 - Veículo automotor de pequeno porte, com motor de no mínimo, 1.0 cilindradas;

4.4.1.2 - O veículo ter no máximo 2 (dois) anos de uso;

4.4.1.3 - com "ordem de trafego" ou outro documento pertinente a utilização do veículo, para uso exclusivo em operações de fiscalização com registro de imagens e com o uso de equipamentos da blitz eletrônica, obedecendo a um cronograma pré-estabelecido, pela equipe de gestão do contrato, conjuntamente com o Batalhão de Trânsito;

4.4.1.4 - Todos os veículos deverão ter a manutenção preventiva, corretiva, o abastecimento de combustível, despesas com licenciamento, impostos, taxas dos veículos e seguros, inclusive contra terceiros, fornecidos e de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

4.4.1.5 - Arcar com todos os ônus necessários para realização do serviço, bem como ficará responsável legal por todas as obrigações tributárias, acessórias e trabalhistas com relação ao operador do sistema e o veículo, inclusive quanto ao combustível, diárias, hospedagem quando necessário, e alimentação;

4.4.1.6 - O veículo e o operador ficarão na empresa contratada e serão acionados mediante ordem de serviço seguindo cronograma previamente acordado.

4.5. Câmera para detecção dos veículos

4.5.1. A câmera utilizada para registro das imagens dos veículos deverá possuir no mínimo as seguintes características:

- a) - Alimentação 12-24 volts;
- b) - Resolução de 752 x 480 pixels;
- c) - Taxa de Frames Interno de 50 fps (frames por segundo) e Taxa de Transmissão de 35 fps (frames por segundo);
- d) - Shutter mínimo de 1/ 30.000s;
- e) - Lente de 9-40mm com autoiris;

4.5.2. Deverá ser alimentada diretamente no sistema de alimentação do veículo sem utilização de fontes externas de fornecimento de energia;

4.5.3. As informações coletadas pelos equipamentos podem ser enviadas de maneira on-line para a central de processamento, onde são cruzados com outras bases de dados, propiciando, dentre outros, os seguintes resultados:

- I - Fiscalização do Transporte de Cargas
- II - Fiscalização do Transporte de Passageiros
- IV - Fiscalização do IPVA e Licenciamento Veicular
- V - Geração de dados logísticos de interesse público e privado

4.6. Rádio de Comunicação

4.6.1. A CONTRATADA deverá fornecer a equipe de fiscalização do Departamento Estadual de Trânsito 1(um) par de rádio de comunicação sendo: 1 (um) para o ponto de abordagem e 1(um) no veículo, para viabilizar a comunicação entre o operador da "blitz eletrônica" e o ponto de abordagem onde estarão os fiscais do Departamento Estadual de Trânsito com as seguintes especificações mínimas:

- a) - Rádio comunicador com carregador duplo, com fone de cabeça; 9,6km de alcance;
- b) - Bloqueio de teclado;
- c) - Tecla de sinal sonoro;
- d) - Bipe de câmbio;
- e) - 14 canais de operação;
- f) - Indicação de carga de bateria;
- g) - 5 opções de toque;
- h) - 7 níveis de ajuste de volume;
- i) - 99 códigos privativos;
- j) - Visor iluminado;
- k) - Carregadores de bateria independentes;
- L) - Varredura de canal;

- m) - Clip belt, e
- n) - Tom de alerta de chamada.

5. PRAZO DE VIGÊNCIA E DA RENÚNCIA

5.1. Diante da magnitude dos resultados obtidos em órgãos de Fiscalização Federal e principalmente com a contínua utilização nas operações fiscais de trânsito já realizadas e das possibilidades de utilização das informações coletadas, constata-se a importância do contínuo emprego dessa solução de ponta (LAP) nos novos projetos, cobrindo também as malhas rodoviárias estaduais, para que o estado possa ter informações precisas e reais para utilização em seus projetos de fiscalização e planejamento. Dessa forma salientamos que o prazo de vigência será de **12 (doze) meses** prorrogáveis por até 45 (quarenta e cinco) meses.

5.2. Este contrato poderá ser encerrado antecipadamente, uma vez que se concluíam os procedimentos internos de desenvolvimento de software e preparação de veículo para o mesmo fim do objeto desta licitação, renunciando as partes a quaisquer direitos sobre o período não executado.

5.3. A CONTRATANTE deverá comunicar oficialmente à CONTRATADA, no prazo mínimo de **30 (trinta) dias**, o prazo para a desmobilização dos serviços, no caso de antecipação do encerramento da vigência contratual.

6. FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado **mensalmente**, mediante ateste da nota fiscal pelo Gestor do Contrato. As faturas deverão ser apresentadas até o 5º dia útil de cada mês.

6.1.1 – Nos termos do artigo 5º do Decreto 9.443/2019, o pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e contracorrente indicados pelo contratado.

6.1.2 - Tratando-se de despesa que não ultrapasse o limite do artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, o pagamento será realizado até o quinto dia útil subsequente ao atesto da nota fiscal ou fatura.

6.1.3 - Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão Contratante atestar a execução do objeto do contrato.

6.1.4 - A cada pagamento ao fornecedor a Administração realizará consulta ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado - CADFOR para verificar a manutenção das condições de habilitação.

6.1.5 - Constatada junto ao CADFOR a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deve-se providenciar a sua advertência por escrito, para, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, regularizar sua situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa.

6.1.6 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal a inadimplência do fornecedor e o pagamento a ser realizado.

6.1.7 - Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.1.8 - Havendo a efetiva prestação dos serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize sua situação junto ao CADFOR.

6.1.9 - A constatação de irregularidade no pagamento das verbas trabalhistas, previdenciárias ou relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS nos contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra não impede o ingresso do crédito na ordem cronológica de exigibilidade, podendo a unidade contratante reter parte do montante devido à contratada, limitada a retenção ao valor do débito verificado.

7. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1. Além das obrigações já expressas a Contratada deverá:

- a)** - Entregar o objeto em conformidade com o item 2 e 3 sempre que solicitado;
- b)** - Responsabilizar-se integralmente pela execução do objeto, nos termos da legislação vigente;
- c)** - Abastecer de combustível os veículos para atender as operações programadas;
- d)** - O veículo e operador deverá estar à disposição **8 (oito) horas diárias, todos os dias da semana, durante todos os 12 (doze) meses** da vigência do contrato.
- e)** - Submeter-se à fiscalização do Departamento Estadual de Trânsito, através do setor competente, que acompanhará a execução do serviço através de relatórios mensais entregues pela contratada, orientando, fiscalizando e intervindo ao seu exclusivo interesse, com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas;
- f)** - O sistema de reconhecimento automático de placas - LAP deve ter um índice de acerto de leitura das placas dos automóveis, ônibus e caminhões de, no mínimo, 80%, com a identificação dos veículos que trafegam pela via monitorada através da análise das imagens capturadas em até 1 (um) segundo;
- g)** - Atender ao cronograma mensal elaborado pelo gestor do contrato bem como as ordens de serviço, comparecendo nos locais indicados com pontualidade;
- h)** - Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual e municipal, e também as normas do Departamento Estadual de Trânsito;
- i)** - As penalidades ou multas impostas pelos órgãos competentes pelo descumprimento das disposições legais que regem a execução do objeto do presente Termo serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo, se for o caso, obter licenças, providenciar pagamento de impostos, taxas e serviços auxiliares;
- j)** - Arcar com todos os ônus diretos e indiretos relativos à prestação do serviço contratado, bem como ficará responsável legal por todas as obrigações tributárias, acessórias, trabalhistas, de diárias e hospedagem com relação ao operador do sistema;
- k)** - O operador deverá conduzir o veículo até o local definido, e operar o sistema conforme definido neste Termo de Referência;
- l)** - Demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei Federal 8.666/93 e demais legislações pertinentes;
- m)** - A CONTRATADA se obriga a cumprir os termos previstos no presente Termo de Referência e a responder todas as consultas feitas pela CONTRATANTE no que se refere ao atendimento do objeto;
- n)** - A CONTRATADA ficará sujeita, nos casos omissos, às normas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- o)** - Como condição para a celebração do ajuste, e durante a execução contratual, a CONTRATADA deverá manter as condições de habilitação.

p) - A vencedora, se obriga a manter absoluto sigilo quanto às informações pertinentes ao produto que será entregue, vedada sua divulgação sem permissão do Detran/GO.

q) - Nos termos da Lei 20.489 de 10 de junho de 2019, a CONTRATADA se compromete a implementar Programa de Integridade (conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria, controle e incentivo à denúncia de irregularidade e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública do Estado de Goiás), que deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e riscos atuais das atividades da pessoa jurídica, a qual, por sua vez, deve garantir o constante aprimoramento e adaptação do referido programa, visando garantir a sua efetividade.

8. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

a) - Exercer a fiscalização da execução do contrato através da Gerência de Arrecadação e Fiscalização, na forma prevista pela Lei Federal 8.666/93;

b) - Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre irregularidades observadas nos serviços prestados;

c) - Definir o local, data e horário, onde o serviço será realizado segundo um cronograma definido pelo Gestor do contrato;

d) - Disponibilizar todas as informações necessárias para a correta execução do objeto;

e) - Emitir ordem de serviço com antecedência mínima de **72 (setenta e duas) horas**, conforme cronograma.

f) - Pagar, dentro dos prazos, os valores pactuados.

g) - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

h) - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do ajuste, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. DAS PENALIDADES

9.1. Constituem ilícitos administrativos, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, além da prática dos atos previstos nos arts. 81 e 86 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a prática dos atos previstos no art. 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou em dispositivos de normas que vierem a substituí-los, cabendo as sanções previstas nos arts. 86 e incisos I e II do art 87 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

9.2. Nas hipóteses previstas neste Termo, o interessado poderá apresentar sua defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do ato, sendo facultada a produção de todas as provas admitidas em direito, por iniciativa e a expensas daquele que as indicou.

a) - Quando necessárias, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para este fim.

b) - Concluída a instrução processual, a comissão designada ou, quando for o caso, o serviço de registro cadastral, dentro de 15 (quinze) dias, elaborará o relatório final e remeterá os autos para deliberação da autoridade competente para aplicar a penalidade, após o pronunciamento da área jurídica

9.3 - Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, pelo não cumprimento dos compromissos acordados poderão ser aplicadas, a critério da CONTRATANTE, as seguintes penalidades à CONTRATADA:

a) - Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração e será descredenciado do CADFOR, pelo prazo de até **05 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais;

b) - A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a contratada, além das penalidades referidas no item anterior, a multa de mora, nas seguintes proporções:

b.1) - 10% sobre o valor contratado, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

b.2) - 0,3% ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;

b.3) - 0,7% sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

Nota: A multa a que se refere a alínea **b)** não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as demais sanções previstas em Lei.

c) Advertência. Caso não atendido a solicitação constante no item **9.2**, a Contratada será notificada com uma advertência; e, caso não atendido, a terceira advertência acompanhará a rescisão do contrato, com pena da sanção prevista na alínea **d)**;

d) - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração nos termos do art. 81 da Lei Estadual nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012.

e) - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a CONTRATANTE, nos termos do art. 82 da Lei Estadual nº 17.928/2012;

f) - As sanções previstas nas alíneas **a)**, **c)**, **d)** e **e)** poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea **b)**.

9.4. Conforme Decreto Estadual nº 9142 de 22 de janeiro de 2018 serão inscritas no CADIN Estadual – Goiás as pessoas físicas ou jurídicas que tenham sido impedidas de celebrar ajustes com a Administração Estadual, em decorrência da aplicação de sanções previstas na legislação pertinente a licitações e contratos administrativos ou em legislações de parcerias com entes públicos ou com o terceiro setor.

9.5 - Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à contratada o contraditório e a ampla defesa. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 - Nos termos do artigo 54 da Lei 17.928/2012, a gestão e fiscalização do contrato ficarão a cargo de uma Comissão Gestora do Contrato, a qual será designada pelo Presidente do Detran, por meio de Portaria.

10.2 - O Gestor do Contrato, Fiscal ou Comissão Gestora deve observar, primordial e rigorosamente, as atribuições estabelecidas no artigo 52 da Lei Estadual nº 17.928/2012.

11 – DA ELABORAÇÃO DO TERMO

11.1 - Elaborado por: Henrique Stefli de Souza

11.2 - Aprovado por: Lucas Antônio de Moraes Gomes

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS QUE PODERÃO SER SUBSTITUÍDOS PELA APRESENTAÇÃO DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL – CRC

A licitante poderá apresentar o CRC em substituição aos documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira, conforme listados abaixo:

1. Habilitação Jurídica

- a) - Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, devidamente comprovado o último registro no órgão próprio e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
- c) - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) - Para comprovar se está enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a empresa deverá apresentar certidão expedida pela Junta Comercial ou, alternativamente, documento gerado pela Receita Federal, por intermédio de consulta realizada no sítio www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional, podendo ser confrontado com as peças contábeis apresentadas ao certame licitatório.

2. Regularidade Fiscal

- a) - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- b) - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) - Cópias das certidões negativas de débitos ou equivalentes na forma da lei, relativas:
 - c.1) - ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
 - c.2) - à Fazenda Pública Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União)
 - c.3) - à Fazenda Pública do Estado do domicílio ou sede da licitante (Certidão de Débito em Dívida Ativa) e do Estado de Goiás quando o
Licitante tiver sede em outro Estado da Federação
 - c.4) - à Fazenda Pública do Município do domicílio ou sede da licitante (Tributos Mobiliários)

2.1 - Caso a participação no certame se dê através da matriz, com possibilidade de que a execução contratual se dê por filial, ou viceversa, a prova de regularidade fiscal, mediante apresentação do CRC,

deverá ser de ambas (deliberação da Procuradoria Geral do Estado através de seu Despacho “AG” nº 001930/2008).

3. Regularidade Trabalhista

a) Apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, com a finalidade de aferir a adimplência ou inadimplência das empresas perante a Justiça do Trabalho, por força da Lei nº 12.440/11.

4. Qualificação Econômico-Financeira

a) - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, através de índices oficiais, quando encerrado há mais de três meses da data da apresentação da proposta;

b) - A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral – LG (não inferior a 1,0), Solvência Geral – SG (maior ou igual a 1,0) e Liquidez Corrente – LC (não inferior a 1,0), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$
$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$
$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

Certidão negativa de falência e recuperação judicial, emitida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Nota: O Certificado de Regularidade de Registro Cadastral - CRC - CADFOR, deverá estar dentro do prazo de validade com status homologado. Caso o CRC apresente “status irregular”, será assegurado à licitante o direito de apresentar a documentação atualizada e regular na própria sessão.

ANEXO III

MODELO DECLARAÇÃO A SER ENVIADO NA FASE DE HABILITAÇÃO

(em papel timbrado da licitante)

DECLARO, sob as penalidades cabíveis, **a inexistência de fato impeditivo de habilitação**, nos termos do presente Edital, e que temos ciência da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARO, não possuir em nosso quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do **inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei nº 9.854/99)**;

DECLARO, para fins de contratação junto ao Departamento de Trânsito de Goiás – GO., que os sócios de nossa empresa, bem como seus gerentes e diretores não são cônjuges, companheiros(as) ou parentes, até o terceiro grau, de membros, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, dos órgãos do Governo do Estado de Goiás, da administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional.

(Local/Data/Assinatura/Nome Legível/REPRESENTANTE LEGAL CPF)

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE: ENDEREÇO: TELEFONE:

CNPJ Nº

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(deverá ser enviada junto à documentação de habilitação) (em papel timbrado da licitante)

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE] (doravante denominado [Licitante]), para fins do disposto no item 6 do Edital do **Pregão Eletrônico nº 014/2021**, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- 1** - a Proposta anexa foi elaborada de maneira independente [pela Licitante], e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico nº 014/2021**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- 2** - a intenção de apresentar a proposta Anexa não foi informada, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico nº 014/2021**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- 3** - não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico nº 014/2021** quanto a participar ou não da referida licitação;
- 4** - o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do **Pregão Eletrônico nº 014/2021** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- 5** - o conteúdo da Proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido com ou recebido de qualquer integrante do DETRAN-GO., antes da abertura oficial das propostas; e
- 6** - está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

, em de de

(REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE NO ÂMBITO DA LICITAÇÃO, COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA)

ANEXO V**PROPOSTA COMERCIAL PADRÃO**

(em papel timbrado da licitante)

Pela presente, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei n.º 8.666/93, do Decreto n.º 5450/05, da Lei n.º 10.520/02, do Decreto n.º 3.555/00, Decreto Estadual 9.666/20, bem como aos de suas atualizações, propondo ao DETRAN-GO a execução do objeto desta licitação, obedecendo às estipulações do correspondente Edital e asseverando que:

1 - No preço final de nossos serviços e fornecimento estão inclusos todos os custos diretos ou indiretos, os tributos e demais encargos fiscais e trabalhistas, bem como todos os itens e equipamentos necessários ao perfeito funcionamento do objeto licitado.

2 - O prazo de validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias**, contado da data da respectiva entrega.

3 - Que em caso de divergências entre os valores apresentados nas propostas escritas, será adotado o critério de preferência descrito a seguir, em ordem decrescente de prioridade:

3.1 - Os valores expressos em algarismos (absolutos) sobre os índices percentuais;

3.2 - O valor unitário sobre o valor total;

3.3 - O valor escrito por extenso sobre o expresso em algarismo.

4 - Se vencedores, na hipótese do valor final oferecido no Pregão ser distinto do apresentado em nossa proposta escrita inicial, encaminharemos em até **24 (vinte e quatro) horas, a contar do encerramento da etapa de lances**, nova proposta, de acordo com o valor final oferecido no Pregão, considerando o novo valor proposto em sessão, e de acordo com os termos do presente Edital, respeitando o que segue:

4.1 - Os valores integrantes das propostas não poderão ser majorados, salvo se decorrerem de correção expressamente autorizada pelo Pregoeiro.

4.2 - Na proposta será especificado valores unitários e total, do objeto a ser contratado, incluso na soma todo elemento que influam nos custos operacionais, inclusive tributos e encargos sociais, exceções feitas quanto a impostos e taxas de obrigações específicas.

4.2.1 Temos ciência que a ausência de algum elemento constitutivo do custo na Proposta não poderá ser alegada no futuro.

5- Temos ciência de que, caso a licitante vencedora não cumpra a obrigação descrita neste item, restará caduco o seu direito de vencedora do certame, sendo aplicadas as disposições do inciso XXIII do artigo 4º da Lei n.º 10.520/2002, bem como as dos artigos 27 e 28 do Decreto n.º 5.450/2005, sem prejuízo das demais cominações legais e editalícias.

6 - O prazo prescrito no item **4**, poderá ser prorrogado mediante solicitação devidamente justificada pela licitante e aprovação do Pregoeiro.

7 - Temos ciência de que os valores apresentados para assinatura, não impedem a retenção dos respectivos tributos na forma da legislação vigente, nem autorizam que a licitante proceda em desacordo com a legislação normatizada da matéria, nem tampouco impedem que a Administração fiscalize, para que a execução do contrato ocorra conforme a legislação vigente.

8 - Temos ciência de que, nos termos do Acórdão n.º 950/2007 - Plenário - do Tribunal de Contas da União, e da orientação contida no Ofício Circular da Audin/MPU n.º 03/2008, considerando a complexidade na definição da base de cálculo dos tributos IRPJ e CLSS, variável de acordo com o regime de tributação da pessoa jurídica; considerando a impossibilidade de estipulação de critério objetivo e isonômico para comparação de propostas de preços de licitantes sujeitas a regimes de tributação diferentes; e considerando a imprevisibilidade do lucro do exercício de licitantes, fica vedado que as propostas das licitantes contenham em sua composição de preços as previsões de tributos IRPJ e CSLL.

9 - Caso nos venha a ser adjudicado o objeto deste **Pregão Eletrônico n.º 014/2021**, ele será executado inteiramente de acordo com o seu Edital e seus Anexos.

10 - Nossa proposta comercial padrão foi elaborada com base nas tabelas vigentes do Mercado.

11 - Temos plenas condições de realizar o objeto Contratado, no prazo definitivo pela Administração.

Nosso preço total, em algarismos e por extenso, para a realização do objeto do **Lote Único**, descrito no Termo de Referência (Anexo I) do **Pregão Eletrônico n.º 014/2021** é o de R\$ _____ (_____), conforme abaixo discriminado:

LOTE ÚNICO

BLITZ ELETRÔNICA EMBARCADA – (Disputa Geral)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Sistema de Leitura Automática de Placas - LAP	Unid	03	R\$	R\$	R\$
2	Software de Blitz Eletrônica	Unid	03			
3	Notebook para rodas a solução embarcada	Unid	03			
4	Veículo de operação da Blitz Eletrônica com operador	Unid	03			
5	Câmera para detecção dos veículos	Unid	03			
6	Par de rádio transmissor para comunicação	Unid	03			
					VALOR MENSAL	R\$
					VALOR TOTAL	R\$

VALOR TOTAL DA PROPOSTA		
TOTAL MENSAL	R\$	(valor por extenso.....)
TOTAL ANUAL	R\$	(valor por extenso.....)

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE: ENDEREÇO:

TELEFONE:

CNPJ Nº

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:

E-MAIL :

INFORMAÇÃO BANCÁRIA:**BANCO/AGÊNCIA/CONTA CORRENTE (nomes e n.º)****ANEXO VI****MINUTA DE CONTRATO**

Contratação de empresa para LOCAÇÃO DE fornecimento de **SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA EMBARCADO EM VEÍCULOS AUTOMOTIVOS DE PEQUENO PORTE, COMPOSTO DE 1 (UM) OPERADOR, 1 (UMA) CÂMERA COM SISTEMA DE RECONHECIMENTO ÓPTICO DE CARACTERES (LAP), ALÉM DE 1 (UM) NOTEBOOK E 1(UM) PAR RÁDIO TRANSMISSOR, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, que entre si fazem o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE GOIÁS – DETRAN/GO** e a empresa **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, na forma abaixo:

PREÂMBULO**DO CONTRATANTE****DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE GOIÁS – DETRAN/GO,**

Autarquia Estadual, com sede em Goiânia, Capital do Estado de Goiás, à Avenida Atílio Correa Lima, s/nº, Cidade Jardim, inscrito no CNPJ sob o nº 02.872.448/0001-20, neste ato representado pelo seu **Presidente, MARCOS ROBERTO SILVA**, brasileiro, Advogado, portador da Carteira Profissional n.º31.530 OAB/GO, inscrito no CPF de nº 938.380.34104, e pelo seu **Diretor xxxxxxxxxxxx**, residentes e domiciliados nesta Cidade.

DA CONTRATADA

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº xxxxxxxxxxxxxxxx, sediada na xxxxxxxxxxxxxxxxx, CEP xxxxxxxxxxxxxx, telefone (xx)xxxxxxxxx, neste ato representada por procuração por xxxxxxxxxxxxxxxxx brasileiro, xxxxxxxxxxxxxx portador da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF nº xxxxxxxxx, residente e domiciliado xxxxxxxxxxxxxxxxx.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui-se objeto do presente Contrato a **Locação de Sistema de Fiscalização Eletrônica embarcado em veículos automotivos de pequeno porte, composto de 1 (um) operador, 1 (uma) câmera com sistema de reconhecimento óptico de caracteres (LAP), além de 1 (um) notebook e 1(um) par rádio transmissor**, por meio dos quais operador da blitz alocado no interior do veículo pode se comunicar com a equipe de fiscais do Batalhão de Trânsito posicionados em um ponto de abordagem próximo. A imagem captada pela câmera é automaticamente transmitida para o notebook localizado no interior do veículo. Os dados da placa são lidos e confrontados com o banco de dados do DETRAN. No mesmo momento, são fornecidas informações associadas ao registro do veículo, como por exemplo: - se o veículo está com o licenciamento regularizado, se o veículo é suspeito de roubo ou de clonagem, se o veículo possui alguma restrição judicial ou mandado de busca e apreensão e outras, após isso o operador da blitz faz comunicação com a equipe de fiscais do Batalhão de Trânsito através do rádio comunicador para que seja realizada a abordagem. **A Contratada deverá fornecer para compor a Blitz eletrônica os seguintes itens: a) Sistema de Leitura Automática de Placas - LAP; b) Software de blitz eletrônica; c) Notebook para rodar a solução embarcada; d) Veículo de operação da Blitz Eletrônica com operador; e) Câmera para detecção dos veículos, e f) Par de rádio transmissor para a comunicação**, estabelecidas neste instrumento, para atender a demanda do Departamento Estadual de Trânsito – Detran/Go. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, em conformidade com as disposições do Edital, Seus Anexos, por um período de **12 (doze) meses**, conforme especificações e quantitativos abaixo descritos:

LOTE ÚNICO

SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO - BLITZ ELETRÔNICA EMBARCADA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT
1	Sistema de Leitura Automática de Placas - LAP	Unid	03
2	Software de Blitz Eletrônica	Unid	03
3	Notebook para rodar a solução embarcada	Unid	03
4	Veículo de operação da Blitz Eletrônica com operador	Unid	03
5	Câmera para detecção dos veículos	Unid	03
6	Par de rádio transmissor para comunicação	Unid	03

Parágrafo Primeiro – O objeto contratado será executado na forma indireta, no regime de **LOCAÇÃO** pelo menor preço por **Lote Único**.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara que sua proposta contempla todos os elementos necessários à execução do objeto, não podendo alegar durante a execução do CONTRATO, a falta de algum elemento necessário à perfeita prestação do objeto licitado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO

O Objeto da presente contratação, resulta do procedimento licitatório, **Pregão Eletrônico nº.../2021**, conforme Processo nº **20200002024486** Ata de Realização de Pregão nº 014/2021, Termo de Homologação SEI Nº.....e Termo de Referência **SEI 00018035045** do BPMTRAN 06355, que passará a fazer parte integrante deste e a ele vinculando-se diretamente, independentemente de sua transcrição, bem como Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93, e Decreto Estadual n.º 9.666/20.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE, além do disposto no Termo de Referência (Anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico nº 014/2021**, se obriga a:

- a) Dar conhecimento ao titular e ao prestador dos serviços de quaisquer fatos que possam afetar a entrega do objeto;
- b) Efetuar o pagamento dentro do prazo dos valores pactuados, regularmente das notas fiscais correspondentes ao objeto, após devidamente atestadas por servidor responsável e observadas as demais condições exigidas por este Contrato, Edital e Termo de Referência;
- c) Prestar informações e esclarecimentos à CONTRATADA, bem como proporcionar-lhe todas as facilidades necessárias ao bom cumprimento do contrato;
- d) Atender às disposições deste Contrato, do Edital e do Termo de Referência;
- e) Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do objeto, sob os aspectos qualitativos, anotando em registro próprio as falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte daquela, inclusive quanto à reparação no todo ou em parte do objeto executado;
- f) Acompanhar e fiscalizar o objeto pactuado pela CONTRATADA, desde que esteja em conformidade com o Contrato, Termo de Referência e Edital;
- g) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços/produtos em desacordo com o Contrato, Termo de Referência e Edital;
- h) Levar, desde logo, ao conhecimento da CONTRATADA as turbações de terceiros;
- i) Disponibilizar espaço físico e local adequado para a execução objeto;
- j) Assegurar-se da boa prestação dos serviços pactuados, verificando sempre o bom desempenho dos mesmos; documentar as ocorrências havidas;
- k) Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais empresas do mesmo ramo, de forma a garantir que aqueles continuem a ser os mais vantajosos para a Administração;
- l) Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA nos ambientes em que serão realizados os serviços, observando-se as normas internas e aqueles locais com acesso restrito;
- m) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
- n) Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações e deveres assumidos neste Edital, no Termo de Referência e Contrato, exigindo a imediata correção da irregularidade, sem prejuízo das penalidades previstas para cada caso;
- o) Aplicar as penalidades e demais medidas previstas no Contrato, Termo de Referência e Edital, por descumprimento de obrigações e deveres neles previstos.

Parágrafo único – O CONTRATANTE exercerá o direito de acompanhamento e fiscalização dos serviços entrega e fornecimentos, com registro de falhas e sugestões corretivas através de servidor por ela designado.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA obriga-se a cumprir fielmente o estipulado no Termo de Referência, no Edital e neste Contrato, de maneira que os serviços **de Locação** sejam realizados de forma permanente e regular conforme a demanda do Detran/Go, e devendo, para tanto, realizar os serviços para os quais foi

CONTRATADA dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

b) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão qualquer vínculo empregatício com o DETRAN/GO;

c) Colocar à disposição do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás todas as consultas feitas no que se refere ao atendimento do objeto;

d) Fornecer todos os recursos necessários à execução dos serviços **da Locação**, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, não se admitindo em nenhuma hipótese o comprometimento da qualidade e dos prazos de execução do objeto pactuado;

e) Executar os serviços contratados nos prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, Edital e seus Anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

f) Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

g) Manter, durante toda a execução do contrato, e celebração do ajuste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

h) Cuidar para que seus funcionários mantenham disciplina nos locais dos serviços e conduta compatíveis com o ambiente de trabalho, quais sejam: Observar as normas legais e regulamentares do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás;

i) Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do CONTRATANTE;

j) Substituir, sempre que exigido pelo CONTRATANTE e independente de justificativa por parte deste, qualquer objeto executado em desacordo com as pactuações deste Contrato;

k) Refazer, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato com defeitos ou incorreções;

l) Durante a execução do objeto, manter seu pessoal uniformizado, identificado através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's, sendo vedado o uso de bermudas, sandálias, chinelos ou qualquer outro item do vestuário incompatível com a execução dos serviços ou com o decoro da Instituição CONTRATANTE;

m) A CONTRATADA, se obriga a manter sigilo absoluto quanto às informações pertinentes ao recinto da repartição, e ao objeto pactuado;

n) Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e materiais causados por culpa, dolo, negligência ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de **30 (trinta) dias** contados a partir da comprovação de sua responsabilidade, sob pena das medidas judiciais cabíveis não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Detran/Go;

o) Manter, todas as condições de habilitações e qualificação regularmente exigidas e cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93, durante a vigência deste Contrato, e;

p) Apresentar proposta, conforme modelo constante do **Anexo VI** do Edital.

Parágrafo Primeiro – Em caso de divergências entre o estipulado nos documentos descritos neste, prevalecerá o disposto no Edital e seus Anexos.

Parágrafo Segundo - Nos termos da Lei Estadual n.º **20.489** de 10 de junho de 2019, a CONTRATADA se compromete a implementar Programa de Integridade (conjunto de mecanismos e procedimentos

internos de integridade, auditoria, controle e incentivo à denúncia de irregularidade e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública do Estado de Goiás), que deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e riscos atuais das atividades da pessoa jurídica, a qual, por sua vez, deve garantir o constante aprimoramento e adaptação do referido programa, visando garantir a sua efetividade.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA – REAJUSTE - E RENÚCIA

O presente CONTRATO terá a **vigência de 12 (doze) meses**, de ___/___/___ a ___/___/___, sem prejuízo de sua regular publicação a que se refere o artigo 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - Conforme determina o art. 57, inciso II, da **Lei 8.666/93**, a duração dos contratos fica adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários;

Parágrafo Segundo - As repactuações a que a CONTRATADA vier fazer jus, deverão ser solicitadas no prazo de até **90 (noventa) dias** contados a partir do fato gerador que deu ensejo à repactuação, ou até o término da vigência do Contrato ou sua prorrogação, o que ocorrer primeiro, sob pena de preclusão.

Parágrafo Terceiro - As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos;

Parágrafo Quarto - É vedada, por ocasião do reajuste, a inclusão de benefícios não previstos originariamente, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal ou sentença normativa.

Parágrafo Quinto – Será mantido o direito de as partes solicitarem, a qualquer momento, o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, com base no disposto no art. 65 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e art. 42 da Lei estadual nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012.

Parágrafo Sexto - A falta de acordo para a repactuação impedirá a renovação do contrato, podendo, excepcionalmente, ser prorrogado por no máximo até **6 (seis) meses**, mantidas as condições originais da avença.

Parágrafo Sétimo - Diante da magnitude dos resultados obtidos em órgãos de Fiscalização Federal e principalmente com a contínua utilização nas operações fiscais de trânsito já realizadas e das possibilidades de utilização das informações coletadas, constata-se a importância do contínuo emprego dessa solução de ponta (LAP) nos novos projetos, cobrindo também as malhas rodoviárias estaduais, para que o estado possa ter informações precisas e reais para utilização em seus projetos de fiscalização e planejamento. Dessa forma salientamos que o prazo de vigência será de **12 (doze) meses** prorrogáveis por até 45 (quarenta e cinco) meses.

Parágrafo Oitavo - Este contrato poderá ser encerrado antecipadamente, uma vez que se concluíam os procedimentos internos de desenvolvimento de software e preparação de veículo para o mesmo fim do objeto desta licitação, renunciando as partes a quaisquer direitos sobre o período não executado.

Parágrafo Nono - A CONTRATANTE deverá comunicar oficialmente à CONTRATADA, no prazo mínimo de **30 (trinta) dias**, o prazo para a desmobilização dos serviços, no caso de antecipação do encerramento da vigência contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO ESTIMADO

O valor total **estimado** para esta aquisição é de **R\$ 941.258,16** (novecentos e quarenta e um mil, duzentos e cinquenta e oito reais e dezesseis centavos), conforme especificado abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	SUBTOTAL
1	Sistema de Leitura Automática de Placas - LAP	Und	03	2.706,42	8.119,26
2	Software de Blitz Eletrônica	Und	03	6.183,73	18.551,19
3	Notebook para rodas a solução embarcada	Und	03	1.548,97	4.646,91
4	Veículo de operação da Blitz Eletrônica com operador	Und	03	11.900,40	35.701,20
5	Câmera para detecção dos veículos	Und	03	3.394,92	10.184,76
6	Par de rádio transmissor para comunicação	Und	03	411,62	1.234,86
VALOR MENSAL UNITÁRIO				26.146,06	
VALOR TOTAL MENSAL					78.438,18
VALOR TOTAL ANUAL					941.258,16

Parágrafo Único - DAS ESPECIFICAÇÕES:

1. Leitura Automática de Placas – LAP

1.1 - O sistema de Leitura Automática de Placas – LAP em funcionamento na Blitz Eletrônica especificado neste instrumento deve ser capaz de:

- a) - Ler diferentes cores e tipos diferentes de caracteres alfanuméricos;
- b) - Detectar os veículos em período diurno;
- c) - Detectar os veículos em velocidade até 150 km/h;
- d) - Ler placas de Automóveis, ônibus, caminhões e motocicletas;
- e) - Ler placas no padrão Mercosul;

1.2 - O sistema LAP deve ter um índice de acerto de leitura das placas dos automóveis, ônibus e caminhões de, no mínimo, 80%;

1.3 – O Sistema LAP deverá identificar a placa dos veículos que trafegarem pela via monitorada através da análise das imagens capturadas em até 1 (um) segundo;

2. Software de Blitz Eletrônica

2.1. Para efeito deste Termo de Referência, entende-se como “blitz eletrônica” o monitoramento e a fiscalização dos veículos em situação irregular, no que se refere a veículo sob suspeita policial ou com licenciamento irregular;

2.2. O equipamento oferecido deverá dispor de recurso LAP (Leitor Automático de Placas). Esta funcionalidade consiste na identificação em tempo real dos caracteres da placa dos veículos através da análise das imagens geradas pelo equipamento e consulta preferencialmente online, a um banco de dados de veículos irregulares;

2.3. Não será permitida a utilização de sensores para detecção dos veículos tipo (laços indutivos, sensores Doppler, lasers etc.). A detecção dos veículos deverá ocorrer através das imagens capturadas

pela câmera, que deverá ser instalada no interior do veículo;

2.4. A “blitz eletrônica” será realizada em conjunto com equipe de Fiscais do Departamento Estadual de Trânsito, que estará próximo aos veículos onde estará embarcada a “Blitz Eletrônica” realizando as abordagens;

2.5. O Banco de Dados a ser utilizado na “blitz eletrônica” poderá ser instalado no microcomputador (notebook) que será instalado no veículo utilizado, conforme a solução técnica a ser adotada pela CONTRATADA, desde que atenda a todos os requisitos deste instrumento;

2.6. O software instalado no microcomputador (notebook) da “blitz eletrônica” denominada “sistema de blitz” deverá possuir as seguintes características:

a) - Caso algum veículo identificado pelo sistema de reconhecimento automático de placas de veículos (LAP) faça parte do banco de dados de irregularidades, o “sistema de blitz” deverá, através de alarmes indicar ao operador da blitz, informando a situação de irregularidade e o mesmo irá avisar ao ponto de abordagem através do rádio de comunicação;

b) - O “sistema de blitz” deverá manter em seu visor os últimos 5 (cinco) registros dos veículos capturados, destacando os que estiverem em situação irregular.

c) - A câmera deverá capturar a imagem e enviar ao “sistema de blitz” que conterà a base de dados de irregulares ou realizará consulta remota a base de dados disponibilizada pelo Departamento Estadual de Trânsito de forma a realizar as verificações das irregularidades do veículo que transitam pela via.

2.7 - Para início da operação, o “sistema de blitz”, deverá possibilitar o cadastro da operação de blitz, informando:

I - Data/hora de início da operação;

II - Representante do Departamento Estadual de Trânsito responsável pela fiscalização;

III - Responsável Técnico pela operação (Operador da Contratada);

IV - Após o cadastro acima, o sistema poderá iniciar o recebimento das imagens dos equipamentos; O sistema deverá permitir o encerramento da operação. Deverá registrar a data/hora de finalização da operação;

V - Deverá possibilitar o cadastramento das irregularidades, informando uma cor e um alerta sonoro que irá representar o alerta no momento da detecção;

VI - Possibilitar à ordenação dos alertas por ordem de prioridade das irregularidades;

VII - Quando um veículo detectado possuir mais de uma irregularidade, o sistema deverá emitir o alerta sonoro e apresentar a cor da irregularidade de maior prioridade, listando também com menor destaque as outras irregularidades;

2.8 - Deverá em casos extraordinários, registrar no banco de dados local do sistema de blitz o cadastro de veículos irregulares com no mínimo as seguintes informações:

a) - Placa;

b) - Ano de Fabricação;

c) - Município/UF;

d) - Marca/Modelo;

e) - Cor;

f) - Irregularidades;

g) - Possuir a opção de apresentar apenas veículos identificados como irregulares no “sistema de blitz”.

h) - Deverá emitir relatório completo diário de todos os veículos identificados, bem como as irregularidades detectadas e quantidade percentual de toda operação.

3. Notebook para rodar a solução embarcada

3.1. O notebook fornecido deverá atender no mínimo as seguintes configurações:

- a)** - Processador Intel® Core™ i7-8550U 8ª geração (ou superior);
- b)** - Memória RAM de 16GB DDR4, 2400MHz (ou superior);
- c)** - Tela 15.6”;
- d)** - Unidade de estado sólido de 128GB + disco rígido de 1TB (5400 RPM) (ou superior);
- e)** Placa de vídeo dedicada de 4GB;
- f)** - Windows 10 Pro, de 64-bits - em Português (Brasil);
- g)** - 3 anos de assistência técnica no local.

3.2. Deverá vir acompanhado inversor de energia **12 volts** para 220 volts, capaz de alimentar a fonte de alimentação a fim de carregar a bateria;

- a)** - O inversor deverá possuir no mínimo 500 watts de potência, com no mínimo uma saída 220 volts;
- b)** - O inversor deverá ser alimentado através do sistema de bateria do próprio veículo, sem utilização de fontes externas de fornecimento de energia;

3.3. Em caso de defeito ou mau funcionamento do equipamento o mesmo deve ser substituído imediatamente pela contratada, a fim de não atrapalhar o andamento do serviço.

4. Veículo de Operação da Blitz Eletrônica e o Operador

4.1. A empresa CONTRATADA, vencedora, deverá colocar à disposição do Departamento Estadual de Trânsito, com operador, durante todo o período contratual o número de 03 (três) veículos, quantidade esta justificada pelo histórico de demandas já utilizada nas Blitz de IPVA realizadas diariamente pelo Batalhão de Trânsito, com as seguintes características, suportes e condições:

4.1.1 - Veículo automotor de pequeno porte, com motor de no mínimo, 1.0 cilindradas;

4.1.2 - O veículo ter no máximo 2 (dois) anos de uso;

4.1.3 - com “ordem de trafego” ou outro documento pertinente a utilização do veículo, para uso exclusivo em operações de fiscalização com registro de imagens e com o uso de equipamentos da blitz eletrônica, obedecendo a um cronograma pré-estabelecido, pela equipe de gestão do Contrato, conjuntamente com o Batalhão de Trânsito;

4.1.4 - Todos os veículos deverão ter a manutenção preventiva, corretiva, o abastecimento de combustível, despesas com licenciamento, impostos, taxas dos veículos e seguros, inclusive contra terceiros, fornecidos e de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

4.1.5 - Arcar com todos os ônus necessários para realização do serviço, bem como ficará responsável legal por todas as obrigações tributárias, acessórias e trabalhistas com relação ao operador do sistema e o veículo, inclusive quanto ao combustível, diárias, hospedagem quando necessário, e alimentação;

4.1.6 - O veículo e o operador ficarão na empresa contratada e serão acionados mediante ordem de serviço seguindo cronograma previamente acordado.

5. Câmera para detecção dos veículos

5.1. A câmera utilizada para registro das imagens dos veículos deverá possuir no mínimo as seguintes características:

- a)** - Alimentação 12-24 volts;
- b)** - Resolução de 752 x 480 pixels;

c) - Taxa de Frames Interno de 50 fps (frames por segundo) e Taxa de Transmissão de 35 fps (frames por segundo);

d) - Shutter mínimo de 1/ 30.000s;

e) - Lente de 9-40mm com autoiris;

5.2. Deverá ser alimentada diretamente no sistema de alimentação do veículo sem utilização de fontes externas de fornecimento de energia;

5.3. As informações coletadas pelos equipamentos podem ser enviadas de maneira on-line para a central de processamento, onde são cruzados com outras bases de dados, propiciando, dentre outros, os seguintes resultados:

I - Fiscalização do Transporte de Cargas

II - Fiscalização do Transporte de Passageiros

III - Fiscalização do IPVA e Licenciamento Veicular

IV - Geração de dados logísticos de interesse público e privado

6. Rádio de Comunicação

6.1. A CONTRATADA deverá fornecer a equipe de fiscalização do Departamento Estadual de Trânsito 1(um) par de rádio de comunicação sendo: 1 (um) para o ponto de abordagem e 1(um) no veículo, para viabilizar a comunicação entre o operador da “blitz eletrônica” e o ponto de abordagem onde estarão os fiscais do Departamento Estadual de Trânsito com as seguintes especificações mínimas:

a) - Rádio comunicador com carregador duplo, com fone de cabeça; 9,6km de alcance;

b) - Bloqueio de teclado;

c) - Tecla de sinal sonoro;

d) - Bipe de câmbio;

e) - 14 canais de operação;

f) - Indicação de carga de bateria;

g) - 5 opções de toque;

h) - 7 níveis de ajuste de volume;

i) - 99 códigos privativos;

j) - Visor iluminado;

k) - Carregadores de bateria independentes;

L) - Varredura de canal;

m) - Clip belt, e

n) - Tom de alerta de chamada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução deste Contrato, neste exercício, correrão à conta de recursos consignados nas seguintes dotações orçamentárias: 2020.2961.06.122.1036.2127.03 e, Naturezas de Despesas 3.3.90.39.36, Fonte 161, e a nota de empenho xxxxx, datada de xx/xx/xxxx, no valor de R\$ xxxxxxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxx)

Parágrafo Único – Para o exercício subsequente serão alocados recursos em dotação orçamentária própria para o custeio da despesa.

CLÁUSULA OITAVA – DO LOCAL, FORMA E PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

Parágrafo Primeiro - As condições, forma, prazo e execução do serviço de LOCAÇÃO do Sistema de Fiscalização Eletrônica embarcado em veículos automotivos de pequeno porte, serão realizados e operacionalizados em conformidade com as exigências dos itens **1, 3 e 4** do Termo de Referência deste Certame;

Parágrafo Segundo - Os serviços executados, deverão estar acompanhados do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do Contratante (Detran/GO), descrição dos serviços prestados, quantidades, preços unitários e totais.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Parágrafo Primeiro - Os Serviços serão recebidos provisoriamente, no ato da execução, mediante termo circunstanciado.

Parágrafo Segundo - O recebimento provisório será efetuado no momento da entrega da fatura respectiva, em até **2 (dois) dias úteis** desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações: os serviços deverão estar de acordo com as exigências dos itens **1, 3 e 4** do Termo de Referência deste Certame;

Parágrafo Terceiro - O recebimento definitivo, deverá ser efetuado em até **05 (cinco) dias úteis**, contados da data do recebimento provisório, e será procedido pela Comissão designada pela Presidência, satisfeitas as condições exigidas no Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora contratada, conformidade do documento fiscal quanto à identificação do Contratante (Detran/GO), descrição dos serviços prestados, quantidades, preços unitários e totais.

d)Parágrafo Quarto - Os serviços prestados poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparados no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Parágrafo Quinto - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela prestação do objeto deste CONTRATO, a quantia mensal de R\$ XX.XXX,XX (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), conforme proposta apresentada no **Pregão Eletrônico 014/2021**, planilha de composição e requisição do CONTRATANTE.

Parágrafo primeiro – O pagamento será efetuado, mensalmente, mediante depósito em conta corrente da CONTRATADA, através de ordem bancária, em até **30 (trinta) dias**, após a declaração formal (RECEBIMENTO DEFINITIVO) pelo Gestor do Contrato da aceitação dos serviços por parte do CONTRATANTE e mediante a apresentação da fatura/nota fiscal respectiva pela CONTRATADA, devidamente discriminadas, com a informação dos dados bancários. O pagamento da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado ao cumprimento dos critérios de aceitação;

a) Nas hipóteses alcançadas pelo art. 5º, § 3º, da Lei 8.666/93, a ordem de pagamento será emitida em até **5 (cinco) dias úteis**, a contar da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, nos moldes do art. 73 e seguintes do mesmo diploma legal.

- b) Será considerada como data do pagamento a data da emissão da Ordem bancária.
- c) Nos preços ofertados pela CONTRATADA estão inclusos todos os custos diretos e indiretos incidentes sobre o objeto desta licitação, isentando a CONTRATANTE de quaisquer ônus adicionais.
- d) Os custos diretos e indiretos necessários ao objeto pactuado e adjudicados correrão às custas da CONTRATADA.
- e) Deverá ser considerada como a data do vencimento da nota fiscal ou fatura o **30º (trigésimo) dia** após a emissão do recebimento definitivo.
- f) Caso seja necessária a retificação da fatura por culpa da CONTRATADA, a fluência do prazo de **30 (trinta) dias** será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da reapresentação da fatura retificada.
- g) Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

Parágrafo segundo – A CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal do objeto, conforme preço contratado na licitação, devendo promover a entrega da Nota Fiscal no prazo previsto no Termo de Referência Anexo I do Edital.

Parágrafo Terceiro - Para efetivação do pagamento, a regularidade fiscal deverá ser comprovada pelos documentos hábeis ou por meio do Certificado de Registro Cadastral – CRC e outros documentos que possam ser considerados pertinentes pelo setor responsável pelo pagamento da Contratante, devendo a CONTRATADA manter todas as condições de habilitação exigidas pela Lei;

Parágrafo Quarto - Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação;

Parágrafo Quinto – O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar a realização do pagamento se, no ato de atestação, o fornecimento dos serviços não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita;

Parágrafo Sexto - O pagamento será efetuado de acordo com o CNPJ sob o qual será emitida a Nota Fiscal que deverá ser o mesmo cadastro habilitado na licitação, caso a CONTRATADA deseje operar com filial, apresentando nota fiscal/ fatura com seu CNPJ, deverá apresentar, neste certame, a documentação de habilitação **da filial**;

Parágrafo Sétimo - A contratada obrigará-se a manter-se em compatibilidade com as condições de habilitação assumidas na licitação durante todo o período da execução do contrato;

Parágrafo Oitavo Ocorrendo atraso no pagamento sem que a CONTRATADA tenha de alguma forma para tal concorrido, ela fará jus à compensação financeira devida, desde a data limite fixada para pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

EM = $I \times N \times VP$, onde: **EM** = Encargos moratórios; **N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; **VP** = Valor da parcela em atraso; **I** = Índice de compensação financeira = 0,000016438 assim apurado, prevalecendo os juros de mora calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou **6% (seis por cento)** ao ano, mediante aplicação das fórmulas citadas;

Parágrafo Nono – Os valores a serem pagos à CONTRATADA não ultrapassarão o limite previsto neste CONTRATO, salvo na hipótese de autorização de serviço extraordinário.

Parágrafo Décimo – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade por inadimplemento, até que o total de seus créditos possa compensar seus débitos.

Parágrafo Décimo Primeiro - O CONTRATANTE poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA nos termos do presente ajuste.

Parágrafo Décimo Segundo – O CONTRATANTE poderá, a seu critério, descontar dos pagamentos devidos à CONTRATADA o custo com postagem de ofício decorrente de devolução de nota fiscal ou outro

documento idôneo correspondente. O valor a ser descontado será o correspondente ao custo de SEDEX (com aviso de recebimento) ao CEP da CONTRATADA, relacionado na tabela praticada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT junto à CONTRATANTE.

Parágrafo Décimo Terceiro – Sempre que a CONTRATADA apresentar sua nota fiscal em dissonância com o disposto nesta cláusula, o respectivo documento fiscal será devolvido à CONTRATADA para as devidas retificações, devendo, sempre que solicitado, emitir novo documento fiscal, reiniciando-se, dessa forma, o prazo previsto nesta Cláusula.

Parágrafo Décimo Quarto – Na hipótese de extinção do Contrato, seja pela verificação do termo final ou por qualquer outro motivo, a CONTRATADA somente receberá as parcelas a que fizer jus após comprovada a quitação de todos encargos sociais, fiscais e dívidas trabalhistas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO E ACOMPANHAMENTO

A Gestão de todo o procedimento de contratação, acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contrato, será feita por servidor especialmente designado para tal finalidade, mediante edição de portaria pelo CONTRATANTE, conforme disposto no Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, e Art. 51 e 52 da Lei Estadual 17.928/2012.

Parágrafo Primeiro – O Gestor do Contrato, Fiscal ou Comissão Gestora deve observar, primordial e rigorosamente, as atribuições estabelecidas no artigo 52, da Lei Estadual 17.928/2012.

Parágrafo Segundo – A fiscalização e o acompanhamento do serviço por parte do CONTRATANTE, não excluem ou reduzem a responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

A aplicação de sanções aos contratados obedecerá às disposições dos artigos 77 a 83 da Lei Estadual nº 17.928/2012 e dos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista neste instrumento;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a **2 (dois) anos**;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com os órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

V - Impedimento de licitar com o Estado de Goiás, conforme o art. 81, parágrafo único da Lei Estadual nº 17.928/2012.

Parágrafo Primeiro – A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado, além das sanções referidas nesta cláusula, à multa, graduados de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes percentuais:

I - 10 % (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação. Em caso de descumprimento parcial das obrigações, no mesmo percentual, sobre a parcela não adimplida;

II - 0,3 % (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou não cumprido, e;

III - 0,7 % (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou não cumprido, por dia subsequente ao trigésimo.

Parágrafo Segundo – A multa a que se refere o parágrafo primeiro desta cláusula não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as demais sanções previstas neste instrumento.

Parágrafo Terceiro – A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos à contratada, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo Quarto – A suspensão de participação em licitação e o impedimento de contratar com a Administração deverão ser graduados pelos seguintes prazos:

I - 6 (seis) meses, nos casos de:

- a) Aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que a Contratada tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;
- b) Alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria fornecida;

II - 12 (doze) meses, no caso de retardamento imotivado da execução de obra, de serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens;

III - 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de;

- a) Entregar como verdadeira mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;
- b) Paralisação de serviço, de obra ou de fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;
- c) Praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos de licitação no âmbito da Administração Estadual;
- d) Sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

Parágrafo Quinto – A empresa CONTRATADA que praticar infração prevista no inciso III do **Parágrafo Quarto** desta cláusula, será declarado inidôneo, ficando impedido de licitar e contratar com a Administração Estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida quando ressarcida a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da respectiva sanção.

Parágrafo Sexto – O não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias respectivas, bem como o não pagamento de qualquer direito normatizado, caracteriza falta grave e falha na execução do contrato, ensejando a rescisão do Contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a Administração, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro – No caso de rescisão provocada por inadimplemento da Contratada, a Contratante poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

Parágrafo segundo – No procedimento que visa à rescisão unilateral do contrato provocada por inadimplemento da Contratada, será assegurado à Contratada o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a mesma poderá se manifestar e produzir provas, sem prejuízo possibilidade da Contratante adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

Parágrafo Terceiro – Também poderá ocorrer a rescisão do Contrato por conveniência da Administração, a qualquer tempo e mediante a notificação prévia no prazo mínimo de **10 (dez) dias**, reservando-se o Detran/Go ao direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do objeto do contrato, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada, caso em que a CONTRATADA terá direito de receber os produtos/serviços efetivamente executados e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei 8.666/93, ficando reconhecido, em qualquer caso, pela CONTRATADA, os direitos do Detran/Go em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ADITAMENTO

A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, de acordo com o estabelecido no artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro – As supressões citadas no parágrafo anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme disposto no artigo 65, § 2º, inciso II da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.648/98.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

Em conformidade com o disposto no § único do artigo 61, da Lei nº 8.666/93, o presente CONTRATO será publicado no Diário Oficial do Estado, na forma de Extrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste decorrentes desta licitação, serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da **Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA)**, na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – COMPROMISSORIA

Os conflitos que possam surgir relativamente ao ajuste decorrente da licitação, acaso não puderem ser equacionados de forma amigável, serão, no tocante aos direitos patrimoniais disponíveis, submetidos à arbitragem, na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018, elegendo-se desde já para o seu julgamento a CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), outorgando a esta os poderes para indicar os árbitros e renunciando expressamente à jurisdição e tutela do Poder Judiciário para julgamento desses conflitos, consoante instrumento em Anexo.

GABINETE DO PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE GOIÁS – DETRAN/GO, em Goiânia, aos _____ dias do mês de xxxxxxxx de 2021.

Pelo DETRAN/GO:

Pela Contratada:

ANEXO ÚNICO

1- Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução deste CONTRATO, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, no tocante a direitos patrimoniais disponíveis, e que não seja dirimida amigavelmente entre as partes (precedida da realização de tentativa de conciliação ou mediação), deverá ser resolvida de forma definitiva por arbitragem, nos termos das normas de regência da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA).

2- A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA) será composta por Procuradores do Estado, Procuradores da Assembleia Legislativa e por advogados regularmente inscritos na OAB/GO, podendo funcionar em Comissões compostas sempre em número ímpar maior ou igual a 3 (três) integrantes (árbitros), cujo sorteio se dará na forma do art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 114, de 24 de julho de 2018, sem prejuízo da aplicação das normas de seu Regimento Interno, onde cabível.

3- A sede da arbitragem e da prolação da sentença será preferencialmente a cidade de Goiânia.

4- O idioma da Arbitragem será a Língua Portuguesa.

5- A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.

6- Aplicar-se-á ao processo arbitral o rito previsto nas normas de regência (inclusive o seu Regimento Interno) da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, na Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018 e na Lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, constituindo a sentença título executivo vinculante entre as partes.

7- A sentença arbitral será de acesso público, a ser disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.

8- As partes elegem o Foro da Comarca de Goiânia para quaisquer medidas judiciais necessárias, incluindo a execução da sentença arbitral. A eventual propositura de medidas judiciais pelas partes deverá ser imediatamente comunicada à CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), e não implica e nem deverá ser interpretada como renúncia à arbitragem, nem afetará a existência, validade e eficácia da presente cláusula arbitral.

GABINETE DO PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE GOIÁS – DETRAN/GO, em Goiânia, aos _____ dias do mês de _____ 2021.

GOIANIA, 14 de junho de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO GUIMARAES LEMES, Pregoeiro (a)**, em 14/06/2021, às 18:35, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000021290953** e o código CRC **1D444D17**.

GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS
AVENIDA ENGENHEIRO ATÍLIO CORREIA LIMA 1875, S/C - Bairro SETOR CIDADE
JARDIM - GOIANIA - GO - CEP 74425-901 - (32)3272-8173.



Referência: Processo nº 202000002024486



SEI 000021290953



Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PERMISSÃO DE USO

TERMO ADITIVO DE PERMISSÃO DE USO N.º 18/2021-GOINFRA. PRIMEIRO ADITAMENTO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO N.º 023/2014-AD-GEJUR, REFERENTE À UTILIZAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO POR TRAVESSIA DE ADUTORA DE ÁGUA, NA RODOVIA GO-060, KM 18 + 500 M, TRECHO: GOIÂNIA / TRINDADE, NESTE ESTADO, OCUPANDO UMA ÁREA DE 80 M (OITENTA METROS). **PERMISSÃO:** SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO. **OBJETO:** 1) PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO N.º 023/2014-AD-GEJUR, a partir da data de sua assinatura, COM prazo correspondente à vigência do ajuste de delegação do serviço público prestado; 2) ESTABELECE A GRATUIDADE DA UTILIZAÇÃO DA FAIXA DE DOMÍNIO PREVISTA NO TERMO DE PERMISSÃO DE USO N.º 023/2014-AD-GEJUR, NOS TERMOS DO ART. 18, § 3º DA LEI ESTADUAL N.º 14.408/03. **PROCESSO N.º 202100036002189.**

Protocolo 237284

AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA - inscrita no CNPJ 03.520.933/0001-06, torna público que **requereu** à SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD, a renovação de sua LICENÇA DE FUNCIONAMENTO 2490/2013, pelo prazo de validade de 72 meses para atividade OBRAS RODOVIÁRIAS na Rodovia Estadual GO 520, trecho duplicado entre Novo Gama / Lago Azul, no Município de Novo Gama, com extensão de 4,86 quilômetros.

Protocolo 237276

AVISO DE NOVA SESSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2021

A AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 003/2021, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar nova sessão pública, para continuidade do certame, no site www.comprasnet.go.gov.br, a partir das **09:00 horas do dia 16 de junho de 2021**, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2021** - destinado à **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DE OBRA DE ARTE ESPECIAL A SER CONSTRUÍDA SOBRE O RIO CRIXÁS MIRIM, NA RODOVIA GO-347, TRECHO: CRIXÁS - MOZARLÂNDIA, NESTE ESTADO**, sob o regime de execução de empreitada por preço global, do tipo menor preço, relativo ao Processo nº **202000036011464**.

Goiânia, 15 de junho de 2021.
TAÍS HELENA MUSSE
Gerente de Licitação

Protocolo 237260

Departamento Estadual de Transito – DETRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Departamento Estadual de Trânsito de Goiás, em conformidade com as competências estabelecidas na Lei 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e demais regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, especialmente as Resoluções 299/2008 e 619/2016, com a redação vigente, tendo em vista que os autos de infração foram considerados regulares e consistentes, tendo sido cumprido o estabelecido no inciso II, parágrafo único, do artigo 281 do CTB, NOTIFICA DA AUTUAÇÃO, os proprietários e/ou infratores dos veículos relacionados no(s) Edital(ais) da(s) publicação(ões) nº 111/2021, podendo ser interposta a DEFESA DA AUTUAÇÃO até a data indicada no mesmo edital, em qualquer Unidade do Vapt Vupt de Goiânia/GO ou do interior do Estado de Goiás ou no DETRAN/GO sede e CIRETRANS devendo, para tanto, apresentar requerimento devidamente preenchido de forma legível e assinado, acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos: a) cópia do auto de infração, ou desta notificação, ou de documento

que conste a placa do veículo e o número do auto de infração; b) cópia da CNH ou outro documento de identificação oficial que comprove a assinatura do requerente ou procurador, se pessoa jurídica documento que comprove a representação; c) procuração quando for o caso; d) cópia do CRLV; e) original e/ou cópia de outros documentos que possam fazer prova ou colaborar para o esclarecimento dos fatos alegados. A defesa deverá ter somente um auto de infração como objeto. IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR INFRATOR: 1) Caso o proprietário do veículo não seja o infrator, nos termos do art. 257 do CTB, poderá identificá-lo ao DETRAN-GO, até a data limite prevista neste Edital. Para tanto deverá preencher formulário próprio (disponível em www.detran.go.gov.br) acompanhado dos seguintes documentos: CONDUTOR INFRATOR: a) cópia reprográfica legível do documento de habilitação quando habilitado e/ou documento de identificação oficial. b) para condutor estrangeiro, além dos documentos previstos no item anterior, anexar comprovante da data de entrada no Brasil. PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO: c) cópia reprográfica legível do documento de identificação oficial com fotografia e assinatura; d) cópia do CRLV; e) se o proprietário ou o condutor infrator possuir um representante legal, este deverá juntar o documento que comprove a representação (contrato social, procuração etc) e documento oficial de identificação com assinatura e foto; f) se o proprietário for pessoa jurídica e não tenha sido possível a coleta da assinatura do condutor infrator, além dos documentos previstos nos itens anteriores, deverá ser anexado ao formulário cópia de documento em que conste cláusula de responsabilidade por infrações cometidas pelo condutor e comprovante da posse do veículo no momento do cometimento da infração; g) se o proprietário é Órgão ou Entidade Pública, e não tenha sido possível a coleta da assinatura do condutor infrator, além dos documentos previstos nos itens anteriores, deverá ser anexado ao formulário, o Ofício do representante legal do Órgão ou Entidade identificando o condutor infrator, acompanhado de cópia de documento que comprove a condução do veículo no momento da infração. 2) Tratando-se de veículo de propriedade de pessoa jurídica ou leasing, será obrigatória a identificação do condutor infrator, sob pena de, não o fazendo, incorrer nas consequências definidas nos §§ 7 e 8 do art. 257 do Código de Trânsito Brasileiro CTB. 3) A indicação do condutor infrator somente será acatada e produzirá efeitos legais se o formulário estiver corretamente preenchido, sem rasuras, com as assinaturas originais do condutor e proprietário do veículo, não estiver faltando os documentos solicitados, o requerente tiver legitimidade e não estiver fora do prazo. O requerente é responsável penal, cível e administrativamente pela veracidade das informações e dos documentos fornecidos. FORMULÁRIOS E ENDEREÇOS - Os formulários poderão ser retirados em qualquer Unidade do Vapt-Vupt ou pelo sítio www.detran.go.gov.br e poderão ser encaminhados, dentro do prazo estabelecido pelo DETRAN/GO, via remessa postal para o endereço do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás, por meio do DETRAN da Unidade da Federação em que ocorreu a infração, ou entregue em qualquer de suas Unidades Administrativas existentes no território nacional (endereços e telefones podem ser obtidos no sítio www.detran.go.gov.br). INFRAÇÕES: A lista de autos de infração está disponível em www.detran.go.gov.br. O padrão de sequência de identificação dos dados das infrações encontrados no sítio do DETRAN/GO é: placa, número do auto de infração, data da infração, código da infração/desdobramento, data de vencimento da notificação(data limite).

Goiânia, 14 de Junho de 2021

Marcos Roberto Silva
Presidente do DETRAN/GO

Protocolo 237251

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2021 - DETRAN-GO OFERTA DE COMPRA 48679

O Pregoeiro do DETRAN-GO, usando a competência delegada na Portaria nº 1.061/2020 - Gab Presidência, datada de 14 de julho 2020, torna público que se encontra aberta, nesta unidade, a Licitação sob a modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, do **TIPO MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO**, mediante recursos de criptografia e autenticação, em todas as suas etapas, a ser realizada em sessão pública, com modo de **Disputa ABERTO**, oriunda do processo nº **20200002024486**, conforme Edital disposto no site: comprasnet.go.gov.br e www.detran.go.gov.br.

Objeto: Contratação de Empresa para Locação de Sistema de



Fiscalização Eletrônica embarcado em veículos automotivos de pequeno porte.

Total de Lotes Licitados: Lote Único

Local de Realização do Pregão: comprasnet.go.gov.br

Cadastramento das Propostas: a partir de **16/06/2021** às **09h00**, no site www.comprasnet.go.gov.br.

Abertura das Propostas: **30/06/2021** às **09h** no site www.comprasnet.go.gov.br.

Valor Estimado: R\$ 941.258,16 (novecentos e quarenta e um mil, duzentos e cinquenta e oito reais e dezesseis centavos)

Período de Contratação: 12 (doze) meses.

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS A G LEMES, Pregoeiro (a)**, em 14/06/2021, às 15:27, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.

Protocolo 237381

Goiás Previdência – GOIASPREV

ESTADO DE GOIÁS
GOIÁS PREVIDÊNCIA - GOIASPREV
PORTARIA N.º 712, DE 31 DE MAIO DE 2021.

O Presidente da Goiás Previdência - GOIASPREV, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 67, da Lei Federal nº 8.666 de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 202111129002388, que versa sobre a contratação de empresa para prestação de serviços de seguro contra incêndio, explosão, danos elétricos de qualquer natureza e responsabilidade civil (cobertura de danos a terceiros) para cobertura dos equipamentos e da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação - TIC da Goiás Previdência - GOIASPREV, a fim de atender às necessidades da GOIASPREV.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor Jairo Carlos da Silva Júnior, inscrito no CPF nº 643.323.221-34, ocupante do cargo de Gerente de Tecnologia e Relacionamento com o Segurado, para, sem prejuízo de suas funções, fazer a gestão e fiscalizar o contrato nº 001/2018;

Art. 2º - Designar a servidora Camila do Nascimento Freitas, inscrito no CPF nº 026.157.351-95, para, na ausência do gestor, responder por todos os atos relativos ao processo retro mencionado.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura;

CUMRA-SE.

Gabinete da Presidência da Goiás Previdência - GOIASPREV, aos 31 dias do mês de maio de 2021.

Gilvan Cândido da Silva
Presidente

Protocolo 237296

RESOLUÇÃO Nº 01/2021

Análise e deliberação da participação na oferta pública de distribuição primária e secundária de certificados de depósitos de ações ("units") da Saneamento de Goiás S.A. - SANEAGO ("SANEAGO" e "Oferta", respectivamente).

Considerando, a ocorrência da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Previdência, no dia 30 de abril de 2021, às 14:15 h, via videoconferência na plataforma digital Zoom, em virtude das restrições necessárias à contenção da pandemia da COVID-19, consoante ao disposto no art. 3º, I, do Decreto Governamental nº 9.848, de 13 de abril de 2021, reuniram-se os membros do Conselho Estadual de Previdência - CEP - da GOIASPREV, para deliberar a respeito da participação da GOIASPREV na oferta pública de distribuição primária e secundária de certificados de depósitos de ações ("units") da Saneamento de Goiás S.A. - SANEAGO ("SANEAGO" e "Oferta", respectivamente);

Considerando, a efetivação de quórum para instalação da reunião, presença da maioria absoluta de seus membros (art.

8º da LC nº 66/2009), estiveram presentes os Conselheiros: Fábio Estevão Marchetti (Presidente), Claison Alencar Pereira (Vice-Presidente), representantes dos Poderes e Órgãos Autônomos: Pedro Henrique de Sousa Rocha (Titular), Roberta Pontes (Suplente), Rafael Pablo da Silva (Titular), Eusicley de Oliveira Dias (Suplente), Heraclito D'Abadia Camargo (Titular), Janaina Azevedo (Suplente), Clives Pereira Sanches (Suplente), Thalles Paulino de Ávila (Titular), como representantes dos segurados ativos e inativos e dos pensionistas: Andréa Peixoto Fael, José Sirqueira Abreu, Einstein Almeida Ferreira Paniago e Willian Rosa de Almeida;

Considerando, que também estiveram presentes o Presidente da Goiás Previdência, Gilvan Cândido da Silva, a Diretora de Previdência, Milena Guilherme Dias Barcelos, o Diretor de Gestão Integrada, Everton Chaves Correia, o Diretor de Militares e Relacionamento com o Segurado, José Lemos da Silva Filho, os servidores da GOIASPREV: Marcos Medeiros da Silva, Adriana Jesus Batista e Alessandra Oliveira. Participaram, ainda, como representantes da Saneamento de Goiás S.A. - SANEAGO o Diretor Financeiro de Relações com Investidores e Regulação, Paulo Rogério Bragatto Battiston, e o Superintendente de Relações com Investidores, João Pedro Tavares Damasceno;

RESOLVE:

Por unanimidade de votos dos Conselheiros presentes, 9 (nove) votos favoráveis, foi autorizada a alienação das ações da SANEAGO, de propriedade da GOIASPREV, através da adesão ao Projeto Araguaia conduzido pela SANEAGO e em conformidade com a recomendação do Comitê de Investimentos, que observará a boa oportunidade de mercado para a venda das ações emitindo parecer técnico sobre a operação.

A decisão obedece ao rito previsto no art. 8º da Lei Complementar nº 66/2009, sendo deliberada por mais de 2/3 de votos dos membros do Conselho Estadual de Previdência, que seriam 8 (oito) votos.

CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA, em GOIANIA - GO, aos 30 dias do mês de abril de 2021.

Fábio Estevão Marchetti
Presidente

Protocolo 237286

Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás – IPASGO

DECLARAÇÃO DE FRACASSO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2020 Processo nº 201900022103231 O Presidente do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás - IPASGO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Tornar público o resultado do julgamento do Pregão Eletrônico nº 018/2020, destinado à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de confecção de carimbos e cópias de chaves, e aquisição de fechaduras, maçanetas, cadeados, cilindros e afins, para atender as necessidades do Instituto, nas unidades da Capital e Interior do Estado de Goiás, que restou FRACASSADO, conforme Ata circunstanciada de realização do procedimento gerada no sistema Comprasnet.Go (000019096880). **Hélio José Lopes** - Presidente do IPASGO

Protocolo 237297

Universidade Estadual de Goiás – UEG

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº: 201800020006825. **Identificação do Instrumento:** Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 116/2018. **Partes:** Contratante - **Universidade Estadual de Goiás**, CNPJ nº 01.112.580/0001-71, Contratada - **Brasil Digital Telecomunicações Ltda**, CNPJ nº 11.966.640/0001-77. **Objeto do Contrato:** Prestação de serviços de link de dados, destinados a atender a Universidade Estadual de Goiás na Unidade Universitária de Itapuranga e na Fazenda Escola de São Luís de Montes Belos. **Objeto do Aditivo:** Alteração da cláusula contratual de reajuste, a prorrogação do prazo de vigência por mais um período de 30 (trinta) meses, sem acréscimo de valor, conforme estabelece o Decreto Estadual nº 9.737/2020, e nova eleição de Foro com a inclusão do Anexo Único. **Valor Mensal do Termo:** R\$ 2.973,04 (dois mil, novecentos e setenta e três reais e quatro centavos). **Valor Global do Termo:** R\$ 89.191,20 (oitenta e nove mil, cento e noventa e um reais e vinte centavos). **Data de Assinatura do Aditivo:** 11/06/2021. **Vigência: Início:** 14/06/2021. **Fim:** 13/12/2023. **Anápolis, 14 de junho de 2021.** Coordenação de Contratos da UEG.

Protocolo 237266

Departamento
Estadual de
Trânsito



ESTADO DE GOIÁS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO
GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS

PROCESSO: 202000002024486

INTERESSADO: GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E DE APLICAÇÃO DE PENALIDADES

ASSUNTO: Publicação no Diário Oficial do Estado

DESPACHO Nº 332/2021 - GELIC- 05011

Autos à Gerência da Secretaria Geral, para Publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás, do Aviso de realização do Pregão Eletrônico nº 014/2021 - Destinado ao Contrato de Locação de Sistema de Fiscalização Eletrônica embarcado em veículos automotivos de pequeno porte, conforme abaixo:

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2021 – DETRAN-GO

OFERTA DE COMPRA 48679

O Pregoeiro do DETRAN-GO, usando a competência delegada na Portaria nº 1.061/2020 - Gab Presidência, datada de 14 de julho 2020, torna público que se encontra aberta, nesta unidade, a Licitação sob a **modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do TIPO MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO**, mediante recursos de criptografia e autenticação, em todas as suas etapas, a ser realizada em sessão pública, com modo de **Disputa ABERTO**, oriunda do processo nº **202000002024486**, conforme Edital disposto no site: comprasnet.go.gov.br e www.detrان.go.gov.br.

Objeto: Contratação de Empresa para Locação de Sistema de Fiscalização Eletrônica embarcado em veículos automotivos de pequeno porte.

Total de Lotes Licitados: Lote Único

Local de Realização do Pregão: comprasnet.go.gov.br

Cadastramento das Propostas: a partir de **16/06/2021 às 09h00**, no site www.comprasnet.go.gov.br.

Abertura das Propostas: **30/06/2021 às 09h** no site www.comprasnet.go.gov.br.

Valor Estimado: R\$ 941.258,16 (novecentos e quarenta e um mil, duzentos e cinquenta e oito reais e dezesseis centavos)

Período de Contratação: 12 (doze) meses.

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS A G LEMES, Pregoeiro (a)**, em 14/06/2021, às 15:27, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.

GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS DO (A) DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO, ao(s) 14 dia(s) do mês de junho de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO GUIMARAES LEMES, Pregoeiro (a)**, em 14/06/2021, às 15:38, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000021282069** e o código CRC **D7297070**.

GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS
AVENIDA ENGENHEIRO ATÍLIO CORREIA LIMA 1875, S/C - Bairro SETOR CIDADE JARDIM - GOIANIA -
GO - CEP 74425-901 - (32)3272-8173.



Referência: Processo nº 202000002024486



SEI 000021282069

Departamento
Estadual de
Trânsito



ESTADO DE GOIÁS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2021 – DETRAN-GO

OFERTA DE COMPRA - 48.679

O Pregoeiro do DETRAN-GO, usando a competência delegada na Portaria nº 1.061/2020 - Gab Presidência, datada de 14 de julho 2020, torna público que se encontra aberta, nesta unidade, a Licitação sob a modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, do **TIPO MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO**, mediante recursos de criptografia e autenticação, em todas as suas etapas, a ser realizada em sessão pública, com modo de **Disputa ABERTO**, oriunda do processo nº **202000002024486**, conforme Edital disposto no site: comprasnet.go.gov.br e www.detran.go.gov.br.

Objeto: Contratação de Empresa para Locação de Sistema de Fiscalização Eletrônica embarcado em veículos automotivos de pequeno porte.

Total de Lotes Licitados: Lote Único

Local de Realização do Pregão: comprasnet.go.gov.br

Cadastramento das Propostas: a partir de **16/06/2021** às **09h00**, no site www.comprasnet.go.gov.br.

Abertura das Propostas: **30/06/2021** às **09h** no site www.comprasnet.go.gov.br.

Valor Estimado: R\$ 941.258,16 (novecentos e quarenta e um mil, duzentos e cinquenta e oito reais e dezesseis centavos)

Período de Contratação: 12 (doze) meses.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO GUIMARAES LEMES, Pregoeiro (a)**, em 14/06/2021, às 15:27, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000021280689** e o código CRC **50B83ED5**.

GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS
AVENIDA ENGENHEIRO ATÍLIO CORREIA LIMA 1875, S/C - Bairro SETOR CIDADE
JARDIM - GOIANIA - GO - CEP 74425-901 - (32)3272-8173.



Referência: Processo nº 202000002024486



SEI 000021280689